

# JEF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira  
Mensal | n.º 313 | outubro 2023 | 0,50 Euros

**O.E. 2024**  
confirma que a  
Educação não é  
prioridade para  
o Governo

*Pág. 4*

# EDUCAÇÃO EM SERVIÇOS MÍNIMOS





# sumário



## Dia Mundial do Professor

O Dia Mundial do Professor foi celebrado como um momento de homenagem aos professores, mas, também, de exigência. Exigência de respeito e valorização de uma profissão que perde cada vez mais efetivos porque os governos, agindo sob a mesma batuta, desenvolvem políticas que deixam os professores para trás. Em Portugal, os professores assinalaram o seu dia com a inauguração da estátua A Professora, do escultor e professor Francisco Simões, com a atribuição do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues a Lídia Jorge, escritora e professora, e com uma conferência que contou com mensagem do Secretário-Geral da Internacional de Educação, David Edwards, professor, e diversas intervenções de professores. Do governo, nem um pio... •



## Sinal do tempo

Há professores com faltas injustificadas há 7 meses porque, em 17 de março, fizeram greve. Para essa injustificação as direções das escolas, suportadas em posição das delegações regionais da DGEstE, alegaram que os docentes estavam em lista de serviços mínimos, ainda que de outra greve, diferente da que estavam a fazer. Se dúvidas houvesse sobre o argumento usado, o tribunal já veio sentenciar a ilegalidade daqueles serviços mínimos e de todos os efeitos que possam ter tido. Ainda assim, ministro e secretário de estado mantêm aquele castigo sobre professores que ousaram... fazer greve. É uma questão de tempo a resolução deste problema, mas a sua existência, por si só, é um (mau) sinal do tempo que vivemos. •

# 8

## AÇÃO E LUTA

80 por cento de adesão à greve nacional dos professores em 6 de outubro

### 06. ENTREVISTA

António Anes, do SN da FENPROF, fala ao JF sobre o Encontro dos 2º e 3º Ciclos do Básico e Secundário

### 10. GRANDE TEMA

E no final dá mais ou menos "resto zero"  
DANIEL NUNES

### 11 GRANDE TEMA

Algumas questões sobre precariedade  
EDUARDO JORDÃO

### 14. SETORES

Então e a monodocência?  
CÁTIA DOMINGUES

### 15. SETORES

Educadoras das creches sem tempo contado  
CATARINA TEIXEIRA

### 16. SETORES

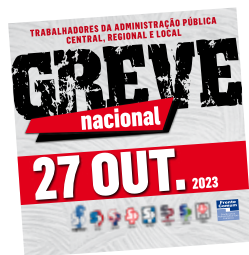
Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior  
PEDRO OLIVEIRA

### 17. SETORES

"Ninguém emprega os investigadores"  
NUNO PEIXINHO

### 18. SETORES

Ensino Particular e Cooperativo: Prémio ou presente envenenado  
GRAÇA SOUSA



### 19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Continuar a empobrecer?! Não, obrigado!  
DULCE PINHEIRO

### 20. INTERNACIONAL

Conferência Internacional na comemoração do Dia Mundial dos Professores  
MANUELA MENDONÇA

### 22. INTERNACIONAL

Congresso da Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa CPLP-SE  
JOSÉ FELICIANO COSTA

### 23. INTERNACIONAL

Argentina: FENPROF em congresso comemorativo dos 50 anos da CTERA  
MANUELA MENDONÇA

### 27. NACIONAL

CGTP-IN convoca manifestação para 11 novembro

### 29. APOSENTADOS

FENPROF reúne com grupos parlamentares

### 30. CULTURAIS

"Misericórdia": Lídia Jorge vence o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Névia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



# editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

## Mais do mesmo!

**A** proposta de Orçamento do Estado para 2024, apresentada pelo governo, repete a fórmula habitual: muita parra, mas pouca uva. A Educação, mais uma vez, perde a oportunidade de contar com um investimento real, ficando-se por um aumento semelhante ao da inflação, o que se traduzirá em mais um ano a viver, no mínimo, com as mesmas dificuldades. Em relação aos professores, basta ver o aumento previsto da despesa com pessoal na Educação e compará-lo com igual rubrica em qualquer das outras áreas em que o Estado é entidade patronal e a conclusão é fácil de tirar: a Educação é onde o valor é mais baixo, não indo além de 3,5%.

Entretanto, antes mesmo da apresentação da proposta de OE para 2024, vários governantes desdobraram-se em afirmações que revelaram, para quem tivesse dúvidas, o que representam para si os professores. António Costa, logo no primeiro dia da Semana Europeia dos Professores, brindou estes profissionais reafirmando o que fez saber há 4 anos quando ameaçou demitir-se se o tempo de serviço dos professores fosse contado; na véspera do Dia Mundial do Professor diversos partidos apresentaram projetos na Assembleia da República, visando valorizar a profissão docente, quer por via da carreira, quer das condições de trabalho, contudo, o grupo parlamentar do PS chumbou-os todos; em 12 de outubro, o ministro das

Finanças decidiu recuperar uma velha rábula do governo sobre o motivo por que o tempo de serviço dos professores não pode ser recuperado: a necessidade de esse dinheiro se destinar a baixar (!) o IRS aos trabalhadores. Não contente com a afirmação que, desta vez, não usou as inconcluídas obras do IP3 como justificação, Medina ainda afirmou que não cede a setores só por serem representados por organizações com forte poder vocal, como se a voz dos professores e dos seus sindicatos clamassem por algo ilegítimo.

Quanto ao ministro da Educação, tem-se exposto menos, quando lhe caberia dar a cara por um Orçamento que não sai da cepa torta, por propostas que vão no sentido de baixar o nível da formação de professores ou por práticas bem pouco democráticas, como a instauração de processo disciplinar a uma diretora que autorizou a colocação de uma faixa usada em tempo de luta ou a marcação de faltas injustificadas a professores que fizeram greve, só para dar alguns exemplos.

Infelizmente, temos o governo da República e a maioria absoluta que o suporta no seu pior. Não aprenderam com o passado e continuam a afrontar os professores, a desrespeitá-los e a recusar valorizar a profissão docente. Depois mostram-se surpreendidos por faltarem professores e aparentemente indignados pelo facto de, aqueles que se mantêm na profissão, não baixarem os braços e lutarem. ●

“

**Infelizmente, temos o governo da República e a maioria absoluta que o suporta no seu pior. Não aprenderam com o passado e continuam a afrontar os professores, a desrespeitá-los e a recusar valorizar a profissão docente**

# A Educação não é mesmo prioridade para o governo e a sua maioria absoluta

**PONTO PRÉVIO:** O ministro da Educação remeteu para o das Finanças o anúncio das novidades do OE para a Educação. O ministro das Finanças, em hora e meia de apresentação do OE, foi poupado em relação à Educação, pois nem uma palavra gastou. Em relação ao tempo de serviço dos professores, no primeiro dia da Semana Europeia dos Professores, o Primeiro-ministro declarou que isso estava fora de hipótese; ontem, 12 de outubro, o ministro das Finanças disse que o governo não cederia ao poder vocal das organizações sindicais de docentes. Dia 24 de outubro, a FENPROF levará a voz dos professores ao ministério das Finanças para que o ministro Medina oïça o som e perceba o tom das reivindicações dos professores.



## Sobre o orçamento para a Educação em 2024: A Educação em serviços mínimos

Já se tornou hábito: a proposta de Orçamento do Estado para 2024 limita-se a garantir serviços mínimos na Educação, não investindo, como deveria, num setor que os governantes gostam tanto de afirmar como determinante para o progresso e desenvolvimento do país, como de adiar o investimento que era necessário. Repare-se:

## Valor do OE para a Educação, considerado na sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB), volta a cair

As organizações internacionais que atuam na área da Educação recomendam que as verbas para a Educação sejam da ordem dos

6% do PIB. Se tivermos em conta o valor do PIB em 2022 (242,3 mil milhões de euros), a sua evolução até 2024, de acordo com as projeções do governo (2,2% em 2023 e 1,5% em 2024), no ano de 2024 o valor do PIB em Portugal atingirá € 254 050 338,5.

Face a este valor, os 7320,6 milhões de euros previstos para a Educação em 2024 representarão 2,9% do PIB. Ainda que se juntasse toda a despesa prevista, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, não se atingiam os 4,3% do PIB.

Podem o ministro da Educação e a sua congénere do Ensino Superior e Ciência afirmar que aumenta o valor da verba atribuída, só não esclarecem é qual a razão por que ao aumento da riqueza produzida em Portugal não corresponde um acréscimo de financiamento para estas duas áreas, no mínimo proporcional.

## Portugal muito abaixo do nível de financiamento médio dos países da OCDE

Quando, há um ano, se discutia o OE para 2023 ficou a saber-se que o Estado Português, tendo em conta a Paridade de Poder de Compra (PPC) para o PIB, gastava, por aluno do ensino básico e secundário, menos 1500 euros do que o valor médio dentro da OCDE; recentemente, em 12 de setembro, p.p., a OCDE confirmou este nível de subfinanciamento, revelando que o financiamento em Portugal, por estudante, se mantém 14% abaixo daquele valor médio.

## O comprovado subfinanciamento da Educação em Portugal não levou o governo a inverter tendência

O crescimento do valor orçamentado para 2024 comparado com o do estimado para 2023 é de 5,7%. Tal aumento não representa um



# FENPROF não foi de férias

## JUNHO

### 4 FENPROF responde aos ataques proferidos por João Costa aos Professores: “O senhor ministro está enganado! Os problemas da Escola Pública que afetam professores, alunos e famílias resultam das políticas de desinvestimento do seu e de outros governos”.

Depois de um ano de luta, os professores estão prestes a prosseguir-la em pleno período de avaliações e exames. Ao longo do ano alertaram para a necessidade de evitar que aqui se chegasse e, por isso, apresentaram propostas que não mereceram resposta, propuseram protocolos que o ministro nunca discutiu, disponibilizaram-se para negociações

que, de forma gradual, solucionassem os problemas, só que essa não foi a opção do governo. Da parte do Ministério parece haver uma agenda fechada, impeditiva de um diálogo consequente que desemboque em processos negociais efetivos. Começou pela Mobilidade por Doença, excluindo milhares de docentes dessa mobilidade; seguiu-se o diploma de concursos que não mereceu o apoio de qualquer organização, dados os aspetos negativos que não foram eliminados; é agora o chamado “acelerador” ou “corretor de assimetrias” da progressão na carreira que não garante uma coisa nem outra.

6/6/23, a data correspondente aos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo perdido pelos professores no congelamento de



crescimento real se tivermos em conta que a inflação prevista até final deste ano, segundo o governo, é de 5,3%, valor que até final do ano vai, certamente, ser revisto em alta. Se nos lembrarmos que em 2022 a inflação atingiu 8,1%, mas o orçamento da Educação sofreu uma redução de 7,6% (na altura, justificado com a transferência de competências para os municípios), facilmente se conclui que a Educação e a Escola Pública vivem no limiar da pobreza, contando os trocos no dia a dia. Ou seja, o orçamento para a Educação em Portugal continua a ser um orçamento de gestão corrente e não de investimento.

### Salário real líquido dos professores é cada vez reduzido

O salário real dos professores é cada vez mais curto. De acordo com estudo elaborado pelo economista Eugénio Rosa, utilizando os dados divulgados pela DGAEP referentes às remunerações base média dos professores, percebe-se a perda elevada do poder de compra das suas remunerações líquidas entre 1 de janeiro de 2022 e abril de 2023. Sem contar com o roubo de tempo de serviço que continua a ser feito, os educadores e professores dos ensinos básico e secundário, neste período, viram o seu salário real líquido reduzir-se em 13,3% (os docentes do ensino politécnico e do universitário também têm fortes quebras, respetivamente de 12% e 9%). É com o salário líquido que os professores, como todos os portugueses, pagam a habitação e as demais despesas, designadamente de deslocação diária.

Prevendo o governo uma inflação de 3,3% para 2024 e uma atualização salarial de 3%, isto significa que não haverá recuperação do poder de compra e, pelo contrário, manter-se-á o rumo de desvalorização salarial.

O aumento da despesa com pessoal não se traduz na valorização das carreiras, designadamente por via da contagem do tempo de serviço que se mantém congelado

O aumento de 185,4 milhões de euros em pessoal, correspondendo a uma variação de 3,5%, no que aos docentes diz respeito, um pouco acima de 3% serão consignados à chamada atualização salarial que, mais uma vez, fica abaixo da inflação prevista.

Assim sendo, o posicionamento salarial dos docentes contratados a termo em 3 índices salariais, que se tornou obrigatório por diretiva comunitária que impede a sua discriminação salarial, como estava a acontecer; o ingresso nos quadros e correspondente reposicionamento na carreira de cerca de 8000 docentes por imposição da mesma diretiva que impede os estados de recorrerem abusivamente à contratação a termo; a criação de estágios remunerados, não tanto para valorizar a formação inicial de docentes, mas para mitigar o grave problema da falta de professores nas escolas... tudo isto vale, no máximo, 0,5%, ou seja, 26,5 milhões de euros.

Como se compreende, 26,5 milhões de euros não são suficientes para as medidas referidas no parágrafo anterior, pelo que essas medidas serão financiadas pela verba libertada pelas aposentações. Portanto, não há investimento na profissão docente, nem estratégia para a tornar atrativa. Na Educação, no tempo do digital, a gestão continua a ser de merceeiro.

### No que à carreira diz respeito, esta proposta de Orçamento do Estado não prevê recuperar um único dia dos 6 anos, 6 meses e 23 dias que continuam congelados, não aponta para a eliminação das vagas aos 5.º e 7.º escalões e não revoga as quotas na avaliação do desempenho.

O impacto do chamado acelerador, na verdade um aspirador de tempo de serviço, será reduzido, pois a grande maioria dos docentes abrangidos por este quadro legal já obteriam vaga, sendo poucos os que progredirão por via das eventuais vagas supranumerárias.

### Apoio às rendas? Que apoios? Ver para crer!

No Relatório do OE 2024 pode ler-se que serão criados apoios para rendas de professores colocados a mais de 70 quilómetros das residências, desde que as mesmas correspondam a taxas de esforço superiores a 35%. Não se refere, porém, qual o tipo de apoio.

Ver para crer, porquê? Porque:

Em 2020, a promessa era a de os professores mais velhos e com mais anos de serviço que se encontravam em regime de monodocência (educadores de infância e professores do 1.º Ciclo) passarem a desempenhar outras funções que não as letivas. Não cumpriram!

Ainda em 2020, era a criação de incentivos à aposta na carreira em áreas do país e grupos de recrutamento onde a oferta de profissionais possa revelar-se escassa. Não cumpriram!

Em 2021 era a implementação de um sistema de intervenção precoce e o alargamento da rede pública de educação pré-escolar. Nem sequer o grupo de recrutamento de Intervenção Precoce foi criado, quanto mais alargarem a rede pública de educação pré-escolar!

Também em 2021 surgiam promessas como as de avaliar e melhorar o modelo de AEC, rejuvenescer a profissão docente, permitir a conciliação entre a vida profissional e familiar e, ainda, a remoção do amianto das escolas. Nada disto foi feito!

Em 2022 e 2023 não prometeram nada, talvez para não passarem mais vergonhas pela sua inépcia. Qual a razão por que se deve acreditar no que prometem agora? Por não acreditarmos na iniciativa do governo, a FENPROF vai apresentar ao ME uma proposta concreta de incentivos e apoios aos docentes colocados em áreas carenciadas. ●

*Posição divulgada pelo SN da FENPROF em 13/10/23*

carreiras e cuja recuperação o Governo insiste em não negociar, é dia de greve nacional de professores e educadores e de manifestação no Porto e em Lisboa. Com uma adesão à greve a ultrapassar os 90% e 30 mil professores nas ruas do Porto, durante a manhã, e mais 30 mil nas ruas de Lisboa à tarde, os professores dão uma enorme demonstração de força e persistência na luta pelos seus direitos e na exigência de respeito e de valorização da profissão. Na sua intervenção no final da manifestação em Lisboa, Mário Nogueira criticou a teimosia do ministro da Educação e do governo em não resolver os problemas da profissão docente e da escola pública, responsabilizando João Costa pela situação que se vive atualmente nas escolas portuguesas.

### 8 Esclarecimentos sobre como agir, face aos serviços mínimos

(de legalidade duvidosa) impostos à greve às avaliações finais. Em vez de adotarem a atitude democrática e responsável de, por via do diálogo e da negociação, darem resposta aos problemas que estão na origem da luta dos professores, os responsáveis do ME decidiram entrar numa linha de confronto, alerta a FENPROF.

À falta de resposta para os problemas, junta-se a intenção de sacudir para as direções das escolas o ónus de organizar serviços mínimos, obrigadas a indicar quem, em lista nominal, lhes fica adstrito, para assegurar a realização das reuniões, absurdamente identificadas como “necessidades sociais impreteríveis”.

Foi por isso que os responsáveis do ME requereram serviços mínimos, tendo estes, sem surpresa, sido decretados por um colégio arbitral. Na opinião das organizações sindicais, estes serviços mínimos são ilegais.



### 12 É urgente uma negociação que resolva, de facto, os problemas que afetam os professores e as

António Anes, do SN da FENPROF, fala ao JF sobre o Encontro dos 2º e 3º Ciclos do Básico e Secundário:

## “Construir a carta reivindicativa da FENPROF para estes setores de ensino”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



**A apresentação dos resultados do inquérito nacional sobre condições de trabalho, nomeadamente naquilo que se relaciona com os horários dos docentes, será um dos pontos altos do Encontro Nacional que a FENPROF vai realizar em Lisboa no próximo dia 10 de novembro, sob o lema “O exercício da profissão e as condições de trabalho nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário”. Para nos dar alguns pormenores desta iniciativa, fomos ao encontro do dirigente sindical António Anes, membro do Secretariado Nacional, que coordena e acompanha este setor na FENPROF.**

**Podes falar-nos um pouco da ordem de trabalhos deste encontro, da motivação e da oportunidade para se realizar?**

**António Anes (A.A.)** – Importa destacar, desde já, que este Encontro dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário concretiza uma iniciativa da FENPROF decidida no seu 14º Congresso em maio de 2022. O exercício da profissão e as condições de trabalho destes setores têm vindo a deteriorar-se ao longo dos últimos anos.

**A começar pelos horários de trabalho...**

**A.A.** – Os horários de trabalho dos docentes são muitas vezes ilegais, ultrapassando largamente as 35 horas semanais. A FENPROF, recorde-se, encetou uma greve ao sobretrabalho de forma a pressionar o ME a resolver esta situação mas teima em não encontrar soluções para este grave problema. É, pois, neste contexto que resolvemos avançar com esta iniciativa.

**Quanto ao programa do encontro, podes referir, para já, o que foi preparado para o período da manhã...**

**A. A.** – Optámos para, na parte da manhã, refletir sobre algumas medidas mais recentes de política educativa que o ME tem proposto e que têm implicações no exercício da profissão e, claro, nas condições de trabalho dos docentes. Seleccionamos dois temas:

**1.** A flexibilidade curricular e a substituição dos programas por aprendizagens essenciais; **2.** A formação de professores e a falta de professores. Convidámos para nos auxiliarem nesta reflexão o professor **Licínio Lima**, da Universidade do Minho e a professora **Manuela Esteves**, da Universidade de Lisboa.

Sem quer antecipar conclusões tenho a forte convicção que estas duas reformas, entre outras, têm ou terão implicações negativas quer na educação em termos gerais quer, especificamente, nas condições de trabalho no exercício da profissão docente. E quer uma quer outra tinham potencialidades que poderiam contribuir para uma melhoria significativa da educação em Portugal.

Mas, ao não dar condições às escolas e aos professores, diminuiu as possibilidades que a flexibilidade curricular deveria ter num significativo sucesso nas aprendizagens dos alunos, bem como a eliminação abrupta dos programas disciplinares substituindo-os pelas aprendizagens essenciais deixa um pouco à deriva a organização e planificação das atividades educativas, quando, na minha perspetiva, poderiam coexistir. Já as propostas mais recentes na alteração da formação inicial dos professores, surgindo excessivamente ligada à resolução da falta de professores, transformam uma medida que poderia ser muito positiva, na melhoria da formação inicial, num significativo

escolas. As organizações sindicais de docentes ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU enviam uma Carta Aberta ao Ministro da Educação. As organizações pretendem que o Ministro responda positivamente à disponibilidade das organizações sindicais de professores para retomar as negociações ainda este ano escolar. Querem uma resposta à proposta que lhe foi apresentada no passado dia 13 de março, mas também sobre outros assuntos que têm sido colocados em reuniões realizadas e ficaram sem resposta.

**15** Um ano de forte luta dos docentes contra a arrogância da maioria absoluta e falta de so-

luções para os problemas da profissão e da escola pública. Para fazer o balanço do ano letivo e a avaliação do realizado, mas também para preparar a ação dos professores e da FENPROF no curto e médio prazo, o Secretariado Nacional da FENPROF reúne nos dias 15 e 16 de junho.

**19** A FENPROF manifesta o seu mais veemente repúdio pelo ato terrorista que teve lugar no Uganda, na Escola Secundária de Lhubiriha, na cidade de Mpondwe, do qual resultaram 41 mortos, 38 dos quais estudantes, e o rapto de vários alunos. Junta, assim, a sua voz à de outras organizações sindicais de diversos países do mundo, bem como à da Internacional da Educação, organização que integra.

A FENPROF manifesta esta posição de repúdio, bem como a sua solidariedade junto da congénere ugandesa, a UNATU (Uganda National Teachers Union), condenando mais este ato criminoso que vem provar que o mundo de paz por que todos pugnamos está longe de ser alcançado, havendo, por isso, muito por fazer e construir.





retrocesso no que respeita à sua qualidade, principalmente pedagógica.

#### **A tarde será destinada ao debate...**

**A.A.** – Sim, o debate prosseguirá e iremos refletir mais em concreto os horários de trabalho e aprovaremos uma carta reivindicativa destes setores de ensino.

#### **No ano letivo de 2016-2017, a FENPROF realizou um inquérito junto dos professores sobre esta matéria dos horários de trabalho. Entretanto, a Federação entendeu que é pertinente, no contexto atual, avançar para a sua atualização. Queres comentar?**

**A.A.** - Passaram sete anos após esse inquérito cujas conclusões nos ajudaram a orientar as nossas reivindicações designadamente em torno das condições e horários de trabalho. Recordo que a perceção que os professores nos transmitiram foi, por exemplo, que o seu horário semanal era de 46 horas! Essa perceção orientou a nossa ação que, nos últimos anos, tem tido maior visibilidade na greve ao sobretrabalho.

#### **Estava na hora de ouvir de novo os docentes...**

**A.A.** - Sim. É muito oportuno voltar a inquirir os docentes destes níveis de ensino sobre os seus horários de trabalho, mas não só, também sobre outras condições do exercício da profissão: número de turmas, número de alunos por turma, número de níveis a lecionar, carga burocrática... Importa a este propósito esclarecer que o exercício da profissão docente em pluridocência não é uma tarefa mais facilitada em comparação com a monodocência, como alguns teimam insistentemente referir. Veja-se o seguinte exemplo: o número de turmas que nos casos mais dramáticos pode chegar a mais de 20 dá um total de alunos de cerca de 500!!! Não, não é nenhuma especulação.

É a realidade de algumas disciplinas que têm uma carga horária semanal de uma hora letiva.

Mas se gradualmente formos aumentando o número de horas semanais de outras disciplinas, verificaremos que esse número de alunos baixará apenas para 400, 300, 200... mesmo assim constituirá sempre um elevado nº de alunos que sobrecarregará o trabalho que um professor destes níveis de ensino terá, na planificação, na lecionação das aulas, nas avaliações das aprendizagens, no desgaste psicológico que o contacto com tantos alunos e respetivos problemas, obviamente acarretará.

Os resultados do inquérito serão apresentados no encontro de 10 de novembro e constituirão o suporte para a construção da carta reivindicativa da FENPROF para estes setores de ensino.

#### **O encontro decorrerá no auditório da Escola Secundária Camões. Com quantos participantes? Certamente, vindos de todas as regiões do país...**

**A.A.** - O Encontro terá uma participação de cerca 250 docentes destes níveis de ensino, número máximo suportado pelo auditório. Será um encontro a nível nacional, abrangendo todas as áreas geográficas de todos os sindicatos da FENPROF (Norte -SPN; Centro-SPRC; Grande Lisboa - SPGL; Sul-SPZS e das regiões autónomas da Madeira-SPM e dos Açores-SPRA). A reflexão que pretendemos, merecerá uma abordagem mais geral, mas terá também em atenção as especificidades das zonas e das regiões que, de certeza, enriquecerão o debate.

#### **Como é que avalia a participação e a intervenção dos professores do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário nas lutas que têm decorrido em todo o país, em defesa da escola pública e da dignidade da profissão docente? Designadamente em defesa**

realizar devido à greve. Houve ainda casos em que a não realização das provas decorreu de problemas técnicos e também da decisão de pais que, discordando destas provas, não permitiram que os seus filhos e educandos as realizassem.

#### **21 FENPROF exige intervenção rápida e eficaz do ministro da Educação.**

Em carta dirigida a João Costa, a FENPROF acusa o Governo de irresponsabilidade, ao não atender às críticas, avisos e dúvidas levantadas de vários setores – docentes, encarregados de educação, diretores de agrupamentos e especialistas do setor – e por se ter obstinado no processo de desmaterialização da avaliação externa, designadamente nas provas de aferição

#### **de melhores condições de trabalho...**

**A.A.** - Os professores destes níveis de ensino, como aliás de todos os outros, têm-se envolvido nas ações que a FENPROF, em conjunto com mais oito sindicatos, têm organizado. Em muitas delas com uma forte participação que, no ano letivo transato, teve o seu expoente máximo na manifestação de 11 de fevereiro com cerca de 150000 professores. Entre outras questões, uma das que mais se destaca é, com certeza, o roubo do tempo de serviço que o ME e o Governo persistem em não repor. A existência de quotas e vagas ao 5.º e 7.º escalões que o ME não elimina, constitui outra das questões. As palavras de ordem "RESPEITO", "6-6-23" e "não paramos, não paramos" simbolizam a disponibilidade para a luta de todos os docentes.

#### **As condições de trabalho e os horários continuam na ordem do dia...**

**A.A.** - Sem dúvida. As condições de trabalho e os horários são matérias que os professores, especificamente destes níveis de ensino, têm considerado muito importantes na ação que a FENPROF tem desenvolvido e que continua a propor.

A greve ao sobretrabalho continua, pese embora algumas escolas tenham já recuado na elaboração dos horários, eliminando horas ilegais e transpondo para a componente não letiva de estabelecimento designadamente as reuniões.

As horas extraordinárias impostas aos docentes, muitas vezes também ilegalmente e para resolver a falta de professores, têm aumentado desmesuradamente a carga letiva contribuindo lamentavelmente para a desregulação do trabalho dos professores.

A greve ao serviço extraordinário constitui também uma forma de os professores dizerem não a estas arbitrariedades que as escolas impõem contribuindo para

dos 2.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade. Ora, para além dos problemas decorrentes da insuficiência de medidas necessárias para a concretização do recurso à web, quer por impreparação das escolas, quer pelo ambiente criado à volta de todo este processo, quer pela incapacidade de uma resposta de qualidade do próprio sistema, nomeadamente no plano técnico, surgiram outros relacionados com a afetação de professores para a classificação destas provas.

**FENPROF realiza um debate sobre a situação do Sahara Ocidental**, no qual participam 100 pessoas, na sua grande maioria (mais de 95%) professores, com a presença do representante da Frente POLISARIO e da República Árabe Saharaui

**20 Greve às provas de aferição do 2.º ano / 1.º Ciclo.** Luta dos professores deixa, mais uma vez, milhares de provas por realizar. Se alguém, por distração, não desse conta da luta em curso, devido aos serviços mínimos que estão a esvaziar os seus efeitos, a greve do passado dia 15 e de hoje, 20 de junho, às provas de aferição do 2.º ano de escolaridade / 1.º Ciclo do Ensino Básico, por não estar sujeita a serviços mínimos, veio confirmar que os professores, tal como afirmam, não estão dispostos a parar a luta. Do dia de hoje, destaca a FENPROF, chegam números que confirmam que em mais de meio milhar de escolas, um pouco por todo o país, não se realizaram provas de aferição e que cerca de 15 000 provas ficaram por

transformar a vida laboral num exagerado sacrifício, pondo em causa a qualidade da escola pública e a dignidade da profissão docente. ●

**O Inquérito** que a FENPROF iniciou neste ano letivo e que poderá ser respondido até dia 31 de outubro, tem por finalidade auscultar os docentes do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário sobre os seus horários e outras condições de trabalho. Constituirá um contributo muito importante para a reflexão que iremos fazer no Encontro do dia 10 de novembro onde serão apresentadas as suas principais conclusões. Servirá também para atualizarmos a carta reivindicativa deste setor que suportará as propostas da FENPROF nas negociações a ter com o ME e na ação reivindicativa. A resposta dos professores tem sido positiva mas gostaríamos que esta amostra fosse muito significativa pelo que apelamos a quem ainda não o fez, responda a este inquérito online que não demorará mais que 10 minutos. Participa: A tua opinião conta. | **António Anes**



**Veja aqui o inquérito**



**80 por cento de adesão à greve nacional dos professores em 6 de outubro**

**“Não desistiremos de lutar por aquilo que é justo e necessário!”**

**6 de outubro de 2023.** Mais uma etapa na luta dos professores pela defesa da sua dignidade profissional. Mais de 80% de adesão, cerca de 90% de escolas sem aulas, fizeram desta greve nacional de professores e educadores uma forte ação de protesto, evidenciando, em todo o país, um claro sinal da determinação dos professores. Escolas encerradas, outras a meio gás – foi o cenário que marcou o dia. As 9 organizações sindicais que convocaram a paralisação

sublinharam: “A lista de estabelecimentos sem aulas é muito extensa. Mesmo em vários dos que se mantiveram a funcionar, os níveis de adesão dos professores não deixam dúvidas de que os professores e os educadores não toleram a forma como são destratados pelo Primeiro-Ministro, pelo Governo em geral e os ministros das Finanças e da Educação em particular, bem como pela maioria absoluta do PS.”

Numa tomada de posição divulgada pelo Secretariado Nacional “a FENPROF saúda todos os docentes portugueses que no dia 6 de outubro, a culminar a Semana Europeia

Democrática, em Portugal, Omar Mih. Depois de um vídeo de apresentação da situação no Sahara Ocidental, houve uma intervenção inicial do representante saharauí, seguida de um período de debate muito participado e de esclarecimento e respostas por parte de Omar Mih, muito importante para a perceção clara da situação naquele território ilegalmente ocupado pelo reino de Marrocos, apesar de as resoluções da ONU serem claras quanto ao direito do povo saharauí dever decidir sobre o seu próprio destino, num espaço que é, também, reconhecido, nas suas fronteiras, como soberano. No final da sessão, os presentes decidiram tomar posição e enviá-la ao presidente da república e primeiro ministro portugueses, secretário-geral da ONU, representação

da Frente POLISARIO e Embaixada de Marrocos. Essa tomada de posição foi aprovada por unanimidade.

**27 Face ao (muito) prolongado silêncio do ME,** docentes das escolas artísticas irão protestar junto ao Ministério, esperando ser recebidos. Destaca a FENPROF: «Há anos que os docentes das escolas artísticas António Arroio, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto, lutam por estabilidade. Exigem o regime específico de concurso de recrutamento, bem como a realização do concurso de vinculação extraordinário que a Lei 46/2021, de 13 de julho, prevê. Foi compromisso do Ministro da Educação a realização daquele concurso de vinculação extraordinário, bem como a aprovação do

regime específico de concurso, ainda este ano. Só que, terminado o ano letivo, nada foi concretizado, apesar da insistência da FENPROF. Esta ausência de qualquer resposta está a provocar grande incerteza nos docentes sobre o seu futuro e a passar a ideia de que, para os responsáveis do Ministério da Educação, a precariedade deverá ser o padrão do seu exercício profissional.»

**28 Devido à situação de incumprimento criada e ao arrastamento dos problemas no Ensino Superior e Investigação,** a FENPROF apresenta o mais veemente protesto junto da ministra Elvira Fortunato, reiterando, contudo, que se mantém disponível para negociar o que já deveria ter sido



dos Professores, realizaram e participaram na primeira greve nacional de grande abrangência em todo país, respondendo de forma determinada ao apelo que foi feito pelas suas organizações sindicais e dando um claro sinal de afirmação das suas justas reivindicações.”

A FENPROF assinala a corajosa luta que os docentes portugueses têm travado em busca de condições de trabalho dignas, da recuperação do tempo de serviço, do aumento da atratividade da profissão e do rejuvenescimento da profissão, bem como na defesa intransigente de uma Escola Pública de qualidade para todos.

### Nogueira lamenta atitude do Governo

Em Coimbra, no Centro Escolar do Bairro Norton de Matos, o Secretário-Geral da FENPROF acompanhou as primeiras horas da greve nacional de professores e educadores por uma escola pública com professores qualificados e com qualidade no ensino. Uma greve muito forte, com muitas escolas, de norte a sul do país, encerradas e sem aulas e que dá uma resposta clara às políticas do Governo relativamente aos professores, como sublinhou o dirigente sindical no diálogo com os jornalistas.

Mário Nogueira lamentou a atitude do Governo e do PS que, em plena Semana Europeia dos Professores, reiteraram o desrespeito e desconsideração pelos professores e educadores ao rejeitarem, na Assembleia da República, todas as propostas apresentadas no sentido de valorizar a profissão docente.

### Um exemplo para todos!

Como realçou o Secretariado Nacional da FENPROF, “os professores em luta são, assim, um exemplo para todos!”.

O SN destaca ainda coragem e disponibilidade dos docentes, que “merecem todo o nosso respeito e solidariedade. Juntos,

resolvido, mas igualmente determinada a prosseguir a luta em defesa dos direitos dos investigadores e dos docentes que o Governo e o MCTES continuam, inexplicavelmente, a pôr em causa, o que constitui uma intolerável falta de respeito por estes profissionais.

**Monodocência.** Responder à inação do M.E. com greve às reuniões de avaliação. Nas reuniões de avaliação, é fundamental uma resposta à incapacidade do ME e à discriminação a que os professores em regime de monodocência continuam sujeitos por ação do ministério de João Costa. A greve às reuniões será a oportunidade de estes docentes, uma vez mais, reclamarem o respeito que lhes é devido, sublinha a FENPROF.

“

**Esta greve é um sinal de que os professores não estão distraídos, não estão cansados, não estão desistentes e sobretudo estão muito atentos à proposta do Orçamento do Estado para 2024**


podemos construir um futuro mais brilhante para a Educação e para a sociedade como um todo. Não desistiremos de lutar por aquilo que é justo e necessário. Porque todos ficarão a ganhar!”

### Ódio de estimação aos professores

E observou ainda o SN da FENPROF: “Na véspera do Dia Mundial do Professor, decidi manifestar o meu “reconhecimento” pela profissão docente chumbando todas as iniciativas parlamentares que visavam valorizar uma profissão que, a não ser valorizada, perderá ainda mais profissionais e não atrairá os jovens.

A consequência será a crescente falta de professores qualificados nas escolas, que se repercutirá nas aprendizagens dos alunos. É por isso que a luta que os professores travam não é apenas sua, mas de todos os portugueses que, em significativa maioria, têm apoiado as justas reivindicações dos seus professores.” ●


**SIMULADOR**



faz as tuas contas...

**O maior roubo no salário...**

Faz as contas e confirma qual o valor que todos os meses é retirado do teu salário por não ter sido recuperado todo o tempo de serviço que cumpriste. Este simulador é uma criação da FENPROF que, desta forma, o utiliza, também, como instrumento de denúncia do roubo efetuado e que o atual governo mantém.



## JULHO



**5 Investigadores manifestam-se.** Sem carreira a luta não para! Largas dezenas de investigadores manifestam-se junto à Reitoria da Universidade de Aveiro durante a sessão inaugural do Encontro Ciência 2023, dedicado aos oceanos. A ação envolve, para além da FENPROF, 12 organizações. Durante a sonora manifestação, é entregue ao Primeiro Ministro, António

Costa, um documento com as principais reivindicações dos investigadores/trabalhadores científicos.

**6 O Secretário-Geral da FENPROF, em declarações à CNN,** responde às afirmações de Medina e Costa, que vieram recusar qualquer solução para o conflito que passe por contar integralmente o tempo de serviço, mesmo que de forma faseada. Mário Nogueira chama a atenção para o facto de ser este um dos maiores problemas e que faz com que muitos jovens tenham abandonado a profissão e que esta não seja suficientemente atrativa para captar novos professores. Por outro lado, a necessidade de criar incentivos para os profissionais da educação não pode

## E no final dá mais ou menos “resto zero”



**DANIEL NUNES**  
(Professor contratado)



Infelizmente é muito fácil fazer estas contas e mais fácil ainda é a sua confirmação. Se não dá resto zero está muito perto desse valor. O dinheiro que sobra a professores por serem contratados e estarem deslocados por vezes não existe.

Permitam-me esclarecer que a minha situação não é de longe das mais gravosas.

Fazendo contas aos meus rendimentos, no ano passado, foi fácil perceber que, aproximadamente, 30% foram gastos em renda de casa partilhada. E que até tive sorte, porque o meu senhorio aumentou-me a renda num valor suportável e tenho casa até Junho sendo que, nós professores, só temos férias em Agosto.

11% do meu orçamento é gasto em viagens apenas entre a minha casa e a minha casa arrendada, não entra nesta conta mais nenhum quilómetro. Por vezes partilho carro para minimizar custos e este gasto é calculado em viagens de 15 em 15 dias. Faço-o por

Estrada Nacional porque, por auto estrada, o valor passaria para o dobro. Em horas, estas viagens correspondem a 140h anuais, sou professor em Setúbal e o país só termina lá para Lagos

Por fim fiz também contas a alimentos que tenho disponíveis no local de residência e que os conseguiria caso estivesse a trabalhar perto de casa. Este valor corresponde anualmente a 7%.

Contas feitas, deixando de fora manutenção automóvel, custos até se encontrar casa quando já temos de estar no nosso local de trabalho, sobra mensalmente 52% do salário, todo o resto foi gasto na situação desumana em que fomos colocados. É deste valor que temos de viver, alimentarmo-nos, ir ao médico, impostos e outras despesas normais da vida das pessoas.

Avancemos; pessoalmente a três horas e meia de distância podemos esquecer o apoio ou a assistência familiar, mentalizemo-nos

desta impossibilidade. Entendemos então que apenas estamos a trabalhar para um tempo de serviço com o objetivo de para o ano nos aproximarmos uns quilómetros de casa, o salário já não é algo que tenhamos em conta. Organizar a vida a médio/longo prazo, a incerteza económica, patrimonial, afetiva ou familiar, coloca-nos numa posição de fragilidade até do ponto de vista mental que faz com que centenas de nós desistam legitimamente do ensino.

Por fim a vertente pedagógica, os professores contratados/deslocados são os que têm maior carga horária nas escolas, salvo raras exceções ficam com os horários “menos agradáveis”, não conseguem criar nem acompanhar projetos e muitas das vezes é-lhes difícil a integração na vida escolar.

A desmotivação é notória em qualquer sala de professores, as condições a que estamos obrigados a trabalhar é desesperante e desumana.

Tudo isto terá um preço, pagarão os que menos culpa têm, os alunos da escola pública e mais tarde o país. ●



**Organizar a vida a médio/longo prazo, a incerteza económica, patrimonial, afetiva ou familiar, coloca-nos numa posição de fragilidade até do ponto de vista mental que faz com que centenas de nós desistam legitimamente do ensino**

esquecer que muitos têm hoje mais 25 anos do que quando ingressaram, se mantêm com contratos a prazo e têm filhos adolescentes e pais de quem têm de se ocupar. Por isso, será impensável que possam correr o risco de trabalhar a mais 200, 300 ou 400 e mais quilómetros das suas residências.

**7 As nove organizações sindicais de docentes reúnem** para fazer uma análise e apreciação do ano letivo 2022/23 e dos processos negociais com o Ministério da Educação. No final da reunião, em conferência de imprensa, as organizações sindicais anunciaram as formas de luta que irão adotar desde o primeiro dia do ano letivo 2023/24, caso o governo não altere a sua postura negocial

e continue sem dar resposta aos problemas que afetam os docentes, mas também as escolas e os alunos. Mário Nogueira considera que, mais uma vez, foi a falta de professores qualificados nas escolas que marcou o ano letivo. O ME anunciou que, durante o ano, conseguiu colocar mais cerca de 45 mil professores nas escolas, mas o certo é que, ao longo do ano letivo, cerca de 30 mil alunos tiveram sempre um professor em falta pelo menos a uma disciplina. Isto revela que, ao contrário do que o ME afirma, o problema da falta de professores não é conjuntural, mas um problema estrutural gravíssimo do sistema educativo português que não se resolve com medidas avulsas, mas com um verdadeiro investimento na Educação e nas escolas, com uma efetiva valorização

da profissão docente e uma real melhoria das condições de trabalho nas escolas. “A recuperação do tempo de serviço faz parte dessa valorização”, conclui.

**11 Delegados de sindicatos representantes das organizações que fazem parte da Internacional da Educação (IE)** em todo o mundo estão reunidos para participar no 9.º Congresso Mundial da IE, que decorre online entre os dias 11 e 13 de julho com o tema “Fazer crescer os nossos sindicatos, valorizar as nossas profissões, defender a democracia”.

**12 FENPROF reúne com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**, dando início ao proces-



# Algumas questões sobre precariedade



**EDUARDO JORDÃO**  
(membro do CN da FENPROF)

**N**um cenário onde quem vincula tem uma média de idade de 45 anos e, em média, 15 anos de tempo de serviço, e em que continuaram por vincular muitos professores com 3 ou mais anos de serviço devido aos requisitos impostos pelo regime de vinculação dinâmica (um número que está na ordem dos 20000, muitos até com dez ou mais anos), o problema da precariedade dos professores continua na ordem do dia.

Não desvalorizando aquilo que foi conseguido pela luta, não podemos iludir o facto de que o justo seria um regime de vinculação que abrangesse todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço, aplicável à medida que vão completando os 1095 dias, sem mais requisitos.

Assim, milhares de professores continuam a passar, pelo menos, o mês de Agosto à espera de saber onde e se foram colocados. Notícia que chega numa sexta-feira e que obriga, no espaço de um fim de semana a reorganizar toda a nossa vida para que na segunda ou na terça nos apresentemos na escola. Esta incerteza exacerbada pelos preços da habitação e pelo facto de muitos dos professores deslocados terem famílias e casas para pagar. A resposta do ME a este problema foi a disponibilização de 29 habitações (divididas entre Lisboa e Portimão), o que é manifestamente insuficiente.

so negocial com vista à revisão salarial para 2023.

**14 FENPROF discorda de redução das habilitações**, colmata insuficiências na vinculação no ensino artístico e confronta ME com falta de outras respostas. A Federação reúne no ME para negociar as propostas do Ministério para a aprovação de requisitos mínimos para o exercício da docência sem habilitação profissional e o projeto de diploma que aprova um regime de vinculação extraordinário de docentes das escolas de ensino artístico especializado das artes visuais e dos audiovisuais, bem como a aprovação de um regime específico de concursos para aquelas escolas. Aproveitou para colocar outras questões.



A juntar a esta questão mais imediata de não saber se temos emprego ou onde seremos colocados temos um conjunto de dificuldades como não ter a mínima noção que níveis iremos lecionar no ano seguinte ou mesmo que disciplinas, de, por vezes, sermos colocados já depois das aulas começarem e termos de nos ajustar em tempo recorde a uma escola nova, com outros métodos de trabalho e com novos colegas e, se isto já é difícil para um professor com vários anos nesta vida de “mochila às costas” imaginemos como será para alguém que está a ingressar na profissão e que em muitos casos, como mostram os números de professores não profissionalizados que não fizeram a prática de ensino supervisionada (“estágio”), é o primeiro contacto que têm com a escola.

A precariedade é uma das muitas razões que explicam a falta de interesse dos jovens em ingressar na profissão assim como a falta de interesse de regressar à profissão daqueles que a abandonaram, contribuindo para a falta de professores sentida nas

**17 Creches.** Após a publicação da Portaria nº 190-A/2023, de 5 de julho, que procede à alteração à Portaria nº 262/2011, de 31 de agosto, que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches, o SN da FENPROF divulga uma posição em que destaca: “Apesar de ter sido assegurada, em Orçamento do Estado, a gratuidade progressiva para a frequência de creche das crianças dos 0 aos 3 anos, a atual oferta é manifestamente insuficiente, limitando-se ao designado setor social e ensino particular e cooperativo. A inexistência de uma rede pública de creches tem como consequência que milhares de famílias não conseguem vagas para as suas crianças, de modo

“

**A precariedade é uma das muitas razões que explicam a falta de interesse dos jovens em ingressar na profissão assim como a falta de interesse de regressar à profissão daqueles que a abandonaram**

escolas. Falta de professores que não se resolve com a redução das exigências requeridas para dar aulas mas sim com uma verdadeira valorização da carreira e reais perspetivas de ingresso na mesma.

Perante este cenário, só há uma coisa a fazer: ir à luta para acabar de vez com a precariedade! ●

a tê-las devidamente enquadradas e a permitir a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.”

**18 A Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** está presente em audição na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, no seguimento dos requerimentos apresentados pelo PCP e pelo BE, para discutir a precariedade no setor do ensino superior e da ciência. Face às manobras de distração promovidas pelo MCTES que têm vindo a público, o protelar dos processos negociais e a tentativa, em vão, de dividir os trabalhadores científicos e de os vencer pelo cansaço, durante a audição da ministra, cerca de 150 trabalhadores científicos com vínculos precários pro-



# impressões

JOÃO PEREIRA (Membro do SN da FENPROF)

## Falta de professores

# Problema conjuntural ou sistémico? Causas e consequências

**E**m Portugal, apesar de vários indicadores e alertas nacionais e internacionais, temos assistido a uma desvalorização do problema da falta de professores por parte dos decisores políticos. As políticas educativas seguidas por sucessivos governos, tanto de esquerda como de direita, conduziram o país para o estado em que se encontra a Educação, em que a falta de docentes começou a ser mais acentuada a partir de 2018. Foram vários os governantes e/ou políticos em cargos de maior responsabilidade que proferiram declarações que procuraram menosprezar a situação.

Apenas em setembro de 2023, em entrevista a um canal televisivo, o atual ministro da educação reconhece que o país tem um problema estrutural de falta de professores. Um problema que se tornou estrutural e que afeta o normal funcionamento das escolas e prejudica as aprendizagens dos alunos. São milhares os alunos que de norte a sul do país continuam a não ter docentes a pelo menos uma disciplina, e turmas que passam um ano letivo sem ter docente colocado em algumas disciplinas.

Recorrendo aos dados oficiais, constatamos que não há candidatos disponíveis, em algumas situações desde a contratação inicial, para ocupar horários em diversos grupos de recrutamento e em variadas regiões do país. Apesar de existirem cerca de 10 800 docentes nas listas definitivas de não colocação, verifica-se que a maior parte dos candidatos não colocados pertencem aos grupos de recrutamento do Pré-escolar (100), do 1º ciclo (110) e de Educação Física (260 e 620).

São vários os fatores que podem explicar e que levaram a esta situação problemática. O envelhecimento da classe docente surge como um dos fatores mais visíveis mas há outros que ajudam a explicar, desde: os baixos salários auferidos; a desvalorização social do papel do professor; a precariedade e instabilidade laboral; a escassez de candidatos aos cursos de formação inicial de docentes; a burocracia

e a indisciplina; a falta de apoios e incentivos para fazer face a despesas como a habitação e deslocação; e o abandono da carreira de milhares de docentes.

O aumento da idade para a aposentação a partir de 2005, a formação massiva de docentes até 2007, associadas a medidas economicistas tomadas por sucessivos governos, como a constituição dos mega-agrupamentos e aumento de alunos por turma, levaram a um aumento da instabilidade laboral e a um abandono de milhares de jovens docentes. Temos hoje nas escolas uma quebra geracional nos docentes que são resultado das opções políticas.

A maioria dos docentes em funções tem mais de 50 anos de idade e apenas um pequeno número (entre 1 a 3%) tem menos de 30 anos.

A procura de cursos de formação inicial de professores pelos jovens é residual e não será o aumento de vagas que modificará a situação, pois a carreira não é atrativa nem permite uma vida profissional e familiar estável.

A FENPROF tem apresentado medidas para resolver os problemas da falta de professores e irá continuar a lutar para que o ministério da educação altere as suas políticas educativas. Para bem da Educação e para bem do país. ●



Versão integral  
do texto em  
[www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)



“  
**São milhares os alunos que de norte a sul do país continuam a não ter docentes a pelo menos uma disciplina, e turmas que passam um ano letivo sem ter docente colocado em algumas disciplinas**





# duas palavras

CATARINA OLIVEIRA (catarina.al.gomes@gmail.com)

## Injusto é ser roubado!



**A** vida é feita de tempo e um trabalhador vende tempo da sua vida em troca de uma remuneração que lhe permita o sustento. A carreira serve para reconhecer

e bonificar a experiência acumulada e o benefício que isso necessariamente representa para a instituição onde se trabalha. Ora, apagar, anular tempo de serviço é um roubo que é feito ao trabalhador. A instituição beneficia do acréscimo no resultado por via de um trabalho qualificado e experiente em troca de NADA.

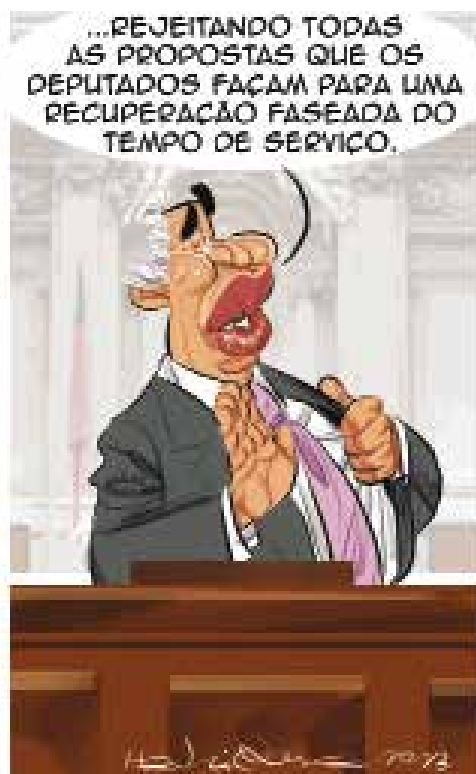
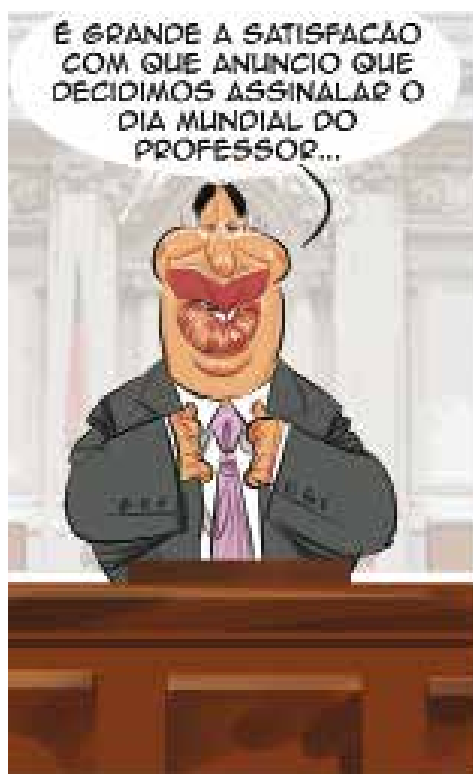
Desde 2018, muitos têm sido os truques de retórica para justificar o saque de 6 anos, 6 meses e 23 dias (nalguns casos mais) de tempo de serviço congelado.

Apelam ao sentimento de culpa: se damos aos professores, não podemos dar ao IP3, ao IRS, etc. Para começar, não estão a dar nada, estão a gerir receitas de impostos. E mal. Quando se nega a utilização dos impostos para o reforço dos serviços públicos, a gestão só pode ser avaliada como má.

Alegam que fica caro devolver aos professores uma parte da carreira para a qual trabalharam. No entanto, encham a boca para

falar em justiça. Alegam que é injusto para os funcionários públicos da carreiras gerais, que precisam de 10 pontos (normalmente 10 anos) para subir na carreira. O que é injusto não é respeitar a carreira dos professores reconhecendo-lhes todo o tempo trabalho. O que é brutalmente injusto é levar uma década a reconhecer e remunerar a mais valia que advém da experiência. Erradas e injustas são as carreiras gerais da Administração Pública. Tal como é injusto apagar o tempo de serviço relativo ao período de congelamento entre 2005 e 2007, tanto para uns como para os outros. Não é possível diminuir uma injustiça com outra injustiça.

Os docentes não vão desistir da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira. É tempo de vida que foi gasto em prol de um serviço público de comprovada importância social e económica. É da mais elementar justiça reconhecê-lo e devolver a carreira que está a ser negada. ●





## Então e a monodocência?

CÁTIA DOMINGUES (membro do SN da FENPROF)

O primeiro ciclo está na base de todo o percurso formativo. É, também, um dos que mais sente o abandono, fruto de políticas erradas ou inexistentes de sucessivos governos.

Turmas sobrelotadas, com mais alunos com necessidades educativas por turma do que é permitido por lei, criação de turmas com mais do que um ano de escolaridade, AEC escolarizadas, falta de recursos e apoios, desrespeito e desregulação dos horários de trabalho, excesso de burocracia, excessiva duração da componente letiva, não aplicação do artigo 79º aos docentes em monodocência como é feito com os de outros níveis, ...será o 1.º ciclo atrativo?!

A 1 de setembro de 2023, a FENPROF reuniu no ME, onde criticou a ausência de respostas para um necessário regime de reduções da componente letiva para estes

docentes e identificou problemas que estão a ser colocados aos professores e educadores em diversos agrupamentos. É o caso da recusa de aplicação das reduções do artigo 79.º a docentes não titulares de turma, como se a distribuição de serviço determinasse, ou não, o regime de monodocência, bem como a questão da atribuição de serviço nos intervalos, pausa a que estes docentes têm direito, reconhecida na lei e tantas vezes esclarecida por ofícios da IGEC dirigidos às escolas.

Sobre o primeiro, o ME reconheceu que só há dois regimes, a monodocência e a pluridocência, tendo ficado de esclarecer que é direito de todos os que estão em monodocência, titulares de turma ou não, usufruir do disposto neste artigo do ECD. Será que esclareceu?

Em relação aos intervalos, prevalece a posição da IGEC que defende, claramente,

o direito dos docentes às pausas, enquanto se aguarda a prometida informação do ME às escolas.

O governo, na sua propaganda eleitoralista, referiu a monodocência como engodo. NADA foi aprovado em relação à dispensa de componente letiva a partir dos 60 anos; NADA foi feito relativamente à aplicação das reduções previstas no art.º 79.º do ECD; NADA foi acautelado nos horários de trabalho para não incluírem atividade durante as pausas para descanso.

No arranque do novo ano letivo, o Secretariado Nacional da FENPROF decidiu publicar um caderno específico com seis documentos baseados na auscultação realizada aos professores em 2021/22 e que correspondem às preocupações dos docentes.

Na brochura "1.º Ciclo do Ensino Básico: Exige-se respeito e reconhecimento pelo trabalho e pela dedicação à profissão!", foi enviada às escolas e, com ela, pretende tornar claro, sem sensacionalismos e sem alimentar vãs esperanças, qual o posicionamento da FENPROF sobre estas matérias, posições que assumiremos junto dos órgãos de soberania e na luta que é imprescindível.

Este ano letivo será feito novo inquérito dirigido ao 1.º CEB, para atualizar esta e outra informação. Não bastam simulacros de negociações, exigimos medidas e soluções! ●



Brochura "1.º Ciclo do Ensino Básico: Exige-se respeito e reconhecimento pelo trabalho e pela dedicação à profissão!", publicada pela FENPROF

testaram no exterior da Assembleia da República, para exigir respostas efetivas e definitivas que permitam ultrapassar a situação dramática que se vive no setor do ensino superior e da ciência há décadas. A audição não acrescentou nada de novo, exceto o facto da ministra Elvira Fortunato ter anunciado, na própria audição, que as medidas recentemente propostas pelo governo já foram negociadas com os sindicatos, o que é grave por não corresponder à verdade. Em bom rigor, não só não ocorreu negociação sindical, como ainda ninguém viu um documento escrito com o projeto detalhado de qualquer medida de combate à precariedade no ensino superior e na investigação. Porém, são evidentes alguns avanços relativamente às anteriores declarações e propostas

da ministra, notando-se uma postura diferente, mostrando que vale a pena continuar a lutar, regista a FENPROF.

**21** Em relação ao início do próximo ano letivo, FENPROF identifica problemas e reitera críticas à ação do ME. Alerta a Federação: Há atrasos na disponibilização de informação essencial às escolas, corte em recursos já insuficientes (designadamente humanos), medidas anunciadas em cima da hora; em suma, "tudo como dantes, quartel-general em Abrantes"! Na sequência das reuniões que o ministro da Educação realizou com diretores/as de escolas e agrupamentos, a FENPROF procurou conhecer a posição destes/as, a propósito das declarações de João Costa, garantindo não haver

qualquer atraso na preparação do ano escolar 2023-2024. Não é isso que os factos demonstram (por exemplo, em 2022, as listas definitivas do concurso externo saíram em 7 de julho), nem parece ser essa a opinião maioritária de quem tem a responsabilidade de o preparar. A crítica principal vai para o anúncio do corte no crédito horário a atribuir às escolas, por ter terminado o período de financiamento comunitário para o efeito.

**22** Conhecem-se (nota informativa da DGAE), os resultados da Mobilidade por Doença. Uma vez mais se confirma que as regras impostas pelo ME são injustas, discriminatórias e excludentes. De fora ficaram 1893 professores com doenças incapacitantes comprovadas,



## Educação Pré-Escolar

# Educadoras das creches sem tempo contado

CATARINA TEIXEIRA (membro do SN da FENPROF)

Os primeiros anos de vida são fundamentais no desenvolvimento do ser humano, tal como demonstram as investigações científicas sobre a 1ª infância, que têm sublinhado a importância do desenvolvimento e aquisições na faixa etária dos 0 aos 3 anos e a creche enquanto resposta educativa nestas idades. O Conselho Nacional de Educação (2011) defende a “educação dos 0 aos 3 anos como um direito e não apenas como uma necessidade social” e afirma que “uma das medidas fundamentais passa pelo reconhecimento do seu trabalho como docência (...) com os respetivos direitos, deveres e regalias”. Também as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE, 2016) consideram que “o trabalho profissional com crianças em idade de creche e de jardim de infância tem fundamentos comuns, devendo ser orientado pelos mesmos princípios educativos”.

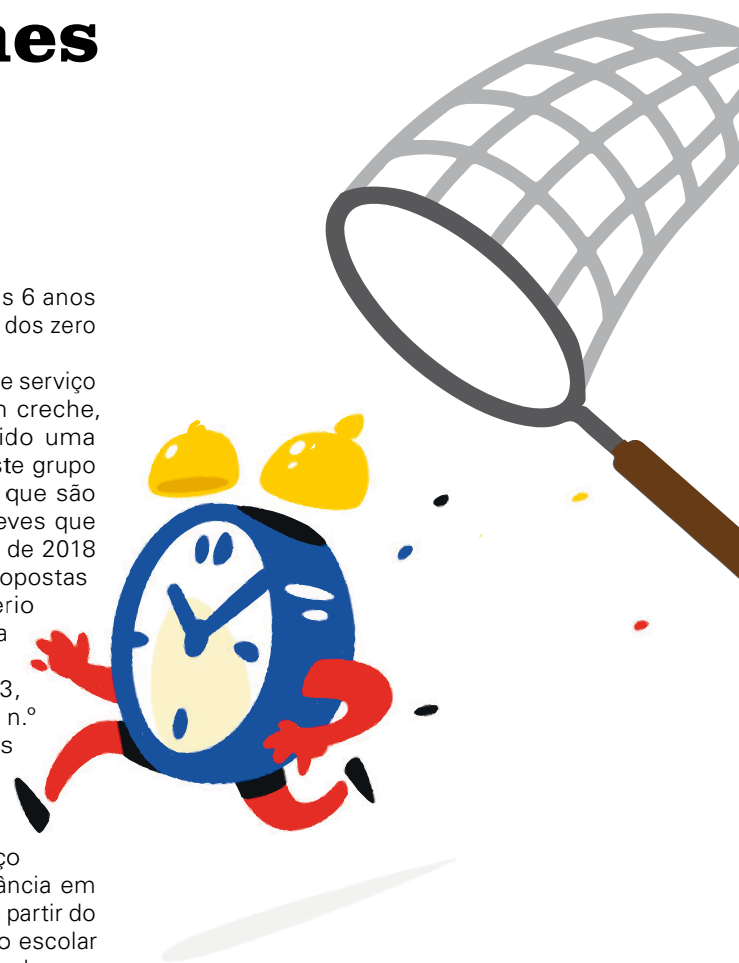
O Ministério da Educação agravou a situação, quando em 2017 deixou de reconhecer o tempo de serviço prestado em creche, ainda que o mesmo ocorresse nas duas valências, creche e jardim de infância, com carácter sequencial e permanente, apesar do ex-secretário de Estado da Educação e atual ministro da educação, João Costa, ter defendido no preâmbulo das OCEPE que “educar não

é uma atividade que comece aos 6 anos (...) tem em conta todo o período dos zero aos seis anos”.

O reconhecimento do tempo de serviço dos educadores de infância em creche, como serviço docente, tem sido uma das principais reivindicações deste grupo profissional e da FENPROF, de que são exemplo as concentrações e greves que decorreram nos dias 5 de março de 2018 ou 7 de junho de 2019 ou as propostas apresentadas junto do Ministério da Educação e da Assembleia da República pela FENPROF.

O Decreto-Lei n.º 32-A/2023, de 8 de maio, vem estipular no n.º 2 do art.º 11.º que “para efeitos de graduação de docentes, considera-se tempo de serviço o prestado como educador de infância (...) o tempo de serviço prestado por educadores de infância em creches” com aplicação apenas a partir do concurso de docentes para o ano escolar 2024/2025. No entanto ainda aguardarmos que a DGAE divulgue o procedimento para a certificação do tempo de serviço.

A FENPROF defende a criação de uma rede pública de creches, que assegure uma resposta universal, gratuita e de qualidade e que a oferta educativa dos 0 aos 3 anos integre o sistema educativo nacional e exija o respeito pela profissão



de educador de infância e efetivação dos seus direitos, nomeadamente o tempo de serviço prestado por educadores em creche seja contabilizado para todos os efeitos, designadamente carreira docente e concursos de docentes. ●

devido às normas que o ministro João Costa recusou alterar, designadamente impondo que as vagas nas escolas/agrupamentos para MpD fossem definidas por grupo de recrutamento. Ou seja, para 2023-2024 foi mantida a exigência de o portador de doença incapacitante ser do grupo de recrutamento para o qual se abriu a vaga, sob pena de não obter deslocação, o que significa muitas vagas por ocupar e muitos docentes por deslocar.

**24** A FENPROF e o SPE estão na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, à entrada para o 8.º Encontro da Rede do Ensino Português no Estrangeiro, para confrontar o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas com a falta de diálogo e de

resposta às tentativas de contacto das organizações sindicais, no sentido de resolver os vários problemas que afetam os professores do Ensino Português no Estrangeiro. Confrontado com a presença dos dirigentes e a sua exigência de respostas, Paulo Cafôfo assumiu o compromisso de reunir com os sindicatos em setembro próximo. Os problemas que os docentes do EPE enfrentam, recorde-se, são inúmeros: salários desajustados à realidade dos países em que exercem atividade; ausência de estabilidade profissional e de emprego que também se refletem na inexistência de uma carreira; difíceis condições de trabalho; alvo, em algumas regiões, de arbitrariedades das respetivas coordenações; falta de apoio por parte de alguns consulados; um regime

jurídico que tarda em ser revisto, apesar da promessa dos governantes.

**FENPROF envia a sua posição sobre o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES)** à Comissão Independente, criada pelo MCTES para a avaliação da sua aplicação. A Federação entende que a gestão das instituições de ensino superior (IES), tendo como missão o bem comum, deve ser mais participada, mais colegial, mais transparente e mais democrática.

**25** Precariedade está longe de ser eliminada. Professores não abrirão mão do tempo de serviço! O Ministro da Educação anuncia a vinculação de 7983 docentes, número

## Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior

# O vazio de uma política já com cinco anos

PEDRO OLIVEIRA (membro do SN da FENPROF)



Em 2018, Manuel Heitor, o então responsável pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) de António Costa, anunciava que “a prioridade ao conhecimento como desígnio nacional implica alargar e democratizar o acesso ao ensino superior, assim como garantir a sua internacionalização maciça, o que passa necessariamente pela modernização, expansão e adequação das condições de alojamento de estudantes a preços adequados e devidamente regulados” e que “este desafio exige reduzir os custos diretos das famílias com o ensino superior, sobretudo, dos estudantes social e economicamente mais vulneráveis”.

E para que não ficassem dúvidas sobre a importância e o empenho do Governo, proclamou que “o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) representa um trabalho sem precedentes em Portugal, respondendo a um problema complexo com respostas planeadas, privilegiando o investimento e a requalificação de edificado existente”, traçando como objetivo imediato “duplicar a oferta de alojamento para estudantes do ensino superior na próxima década, criando no período 2019-2022 cerca de 12 mil novas camas, distribuídas por todo o território nacional”. Esse trabalho sem precedentes em Portugal ficou-se pela publicação de mais um programa sem concretização.

Ao longo de quase cinco anos, MCTES e Governo nada fizeram para aumentar a oferta de alojamento. Assim, hoje, verifica-se que a oferta existente, cerca de 15 000 camas, as mesmas que existiam em 2018, não cobre 10% do número de estudantes deslocados. Para piorar, a oferta privada reduziu-se fortemente nos últimos tempos, acompanhada de um aumento drástico dos preços do alojamento.

Desta forma, o MCTES e o Governo agravaram, ainda mais, o acesso ao ensino superior. Importa não esquecer que as famílias portuguesas são das que mais esforço fazem, no contexto europeu, para financiar a frequência do ensino superior dos seus jovens, onde o custo do alojamento assume um peso determinante.

O MCTES e o Governo continuam a falhar porque não têm soluções concretas para resolver este problema no imediato, pelo que a construção dos novos alojamentos propagandeados demorará anos. É, portanto, urgente que o MCTES dote as Instituições de Ensino Superior, em particular os seus serviços de ação social, dos meios necessários a uma postura mais proativa na resolução do problema do alojamento estudantil, desde logo através da real expansão das Residências Estudantis, do apoio aos estudantes no arrendamento de quartos e mesmo na gestão de diretórios de quartos para arrendamento certificados pelas próprias IES.

### Boas intenções que o vento se encarregará de levar...

Infelizmente, o MCTES parece não ter peso político para influenciar o Governo e, por essa razão, limita-se a anunciar iniciativas mal desenhadas, inconsistentes e pouco credíveis. A senhora ministra Elvira Fortunato bem pode falar de novos alojamentos que estarão a breve prazo disponíveis, mas, face ao histórico, tais anúncios não passarão de boas intenções que o vento se encarregará de levar.

O que se exige ao Governo são iniciativas concretas e realizáveis e o envolvimento e a auscultação da comunidade académica no seu desenho e monitorização. ●

que a FENPROF considera importante, bem como a aplicação de novos índices salariais a quem está contratado a termo, correspondentes aos dos 2.º e 3.º escalões. Irão vincular, a partir de 1 de setembro, 7983 docentes, o que significa que ficarão por preencher 25% das vagas destinadas a vinculação, salienta a FENPROF, que acrescenta: “Considerando apenas as vagas no âmbito da “vinculação dinâmica” (8223), ficam por preencher 2617, o que significa quase 32%. Esta percentagem significativa de vagas não preenchidas confirma que muitos professores manter-se-ão com vínculo precário, não por simples opção, mas porque o regime aprovado pelo governo os obrigaria a manifestar disponibilidade, em 2024-2025, para colo-

cação em qualquer ponto do país, sendo essa a contrapartida imposta pelo ME para o ingresso, este ano, em quadro”.

**28 FENPROF reúne no Ministério da Educação** para concluir os processos negociais referentes à vinculação e modelo de seleção e recrutamento dos docentes do ensino artístico especializado (artes visuais e audiovisuais), bem como aos requisitos para a docência que o governo pretende reduzir. Como sempre, outros assuntos prioritários são levados à reunião, designadamente a questão central da recuperação do tempo de serviço cumprido pelos professores (6 anos, 6 meses e 23 dias). Esta semana, o Presidente da República devolveu

o diploma aprovado pelo governo, fundamentando a não promulgação com argumentos que reforçam as posições dos professores. Nestas e noutras matérias continuam a tardar respostas concretas e urgentes por parte do ME e do Governo.

**31 Apesar da intervenção do Presidente da República** ter levado o Governo a admitir que a negociação da recuperação do tempo de serviço dos professores não está fechada, ao contrário do que ministro da Educação, ministro das Finanças e primeiro-ministro haviam afirmado, o problema mantém-se, uma vez que a substância do diploma, tudo indica, não sofre nenhuma alteração. Em setembro, a luta vai continuar! Se as dúvidas já eram





## Noite Europeia dos Investigadores “Ninguém emprega os investigadores”

**NUNO PEIXINHO** (membro do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF)

No dia 29 de setembro, sob o nome de “Noite Europeia dos Investigadores – NEI”, celebrou-se ciência com a realização de atividades procurando aproximar os investigadores do público. A FENPROF não deixou passar em claro esse dia, realizando uma ação de protesto e de sensibilização contra a precariedade na ciência com diversas estruturas do setor — incluindo a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e

Sociais —, sob o lema “Ninguém Emprega os Investigadores”.

Na página oficial da NEI, pode ler-se que “um dos objetivos do projeto e das iniciativas programadas é sensibilizar os mais jovens para a relevância da investigação e inovação na Europa [...] mas também para o facto das carreiras científicas poderem ser determinantes para encontrar soluções que minimizem problemas da sociedade.”. É trágico que a contratação para a carreira científica no nosso país seja quase inexistente.

Foram realizadas ações nos locais de

atividades da NEI, em Lisboa, Coimbra e Évora, com a exibição de pancartas e distribuição de panfletos a visitantes e a trabalhadores científicos, reafirmando que urge: i) garantir o financiamento consistente para o emprego científico de doutorados; ii) garantir um mecanismo permanente de financiamento para a contratação para a carreira de investigação científica; iii) revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação e substituir todas as bolsas por contratos de trabalho; iv) contratar permanentemente trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas; v) contratar permanentemente os «falsos» docentes convidados; vi) pôr fim ao subfinanciamento crónico das Instituições de Ensino Superior e de Ciência; e vii) resolver os problemas criados pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, repondo a gestão democrática das instituições.

Em dezoito meses de governo e de ministra, Elvira Fortunato — já chamada a diversas audições na Assembleia da República e enfrentando já várias manifestações, entre elas a maior de sempre no setor, a de 16 de maio -, esta governante apenas adiou avaliações e concursos e pré-anunciou eventuais medidas que, à luz do que se conhece, não serão soluções cabais para os graves problemas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e dos trabalhadores científicos. Ou seja, a meio do mandato, concretamente, ainda não há nada.

Porém, este «nada» é, de facto, alguma coisa. A mobilização dos trabalhadores científicos impediu, para já, a implementação de medidas avulsas e não negociadas e mais uma vez se demonstra que a luta dos trabalhadores científicos está no caminho certo e há que a intensificar. Urgem medidas, sim, mas a sua justeza e o seu alcance dependem da nossa unidade e da nossa força. ●

poucas, a promulgação de um diploma legal que irá gerar mais assimetrias na carreira não acaba com a discriminação entre os docentes do continente e os das regiões autónomas e manterá o roubo de 6 anos, 6 meses e 23 dias de que os professores são vítimas, dissipam-se as que ainda existissem, em particular as de quem se convenceu que o veto presidencial iria obrigar a uma alteração profunda daquele diploma, alerta o SN da FENPROF em nota divulgada nesta data.

### AGOSTO



**1 CGA.** Em nota divulgada nesta data, o SN da FENPROF refere: “A Caixa Geral de Aposentações reconheceu o direito à reinscrição dos subscritores anteriores a 1 de janeiro de 2006 e que após 31 de dezembro de 2005 voltaram a exercer funções, aos quais é aplicável

o regime da CGA, independentemente da existência de interrupções temporais. Aquele reconhecimento culmina uma longa luta da FENPROF e dos seus sindicatos, tanto política como jurídica, que, finalmente, dá frutos.»

**3 Protocolo IHRU-DGAE:** andam a gozar connosco? Sobre o acesso à habitação, por parte dos professores deslocados, a preços suportáveis, o Concurso de Mobilidade Interna deste ano traz uma novidade: um protocolo de cooperação entre o IHRU e a DGAE. De acordo com a nota informativa, este protocolo entre estas duas entidades tem em vista a “disponibilização de soluções habitacionais aos docentes com dificuldade de acesso a uma habitação em áreas



## Ensino Particular e Cooperativo

**Prémio ou presente envenenado**

GRAÇA SOUSA (Membro do SN da FENPROF)

Como é do conhecimento público, a CNEF anunciou que, entre 1 de setembro de 2023 e 31 de agosto de 2024, será atribuído aos docentes do Ensino Particular e Cooperativo uma espécie de prémio, nomeadamente, na consideração da entidade patronal, um benefício único extraordinário e transitório, que represente, em média 4% da remuneração anual, pago de uma só vez ou em parcelas até 31 de agosto.

Na verdade, este prémio ao ser assumido pela confederação patronal como um benefício único, é apenas isso, pois não é integrado no salário dos docentes, tem um horizonte curto e não produz qualquer efeito na carreira.

Repare-se, este prémio não constitui valor acrescido à vida do trabalhador, nem em respeito à sua carreira contributiva, nem quanto ao rendimento mensal necessário para fazer face ao atual contexto socioeconómico do país, pois não existe qualquer aumento dos salários.

Acresce ainda que o referido prémio pode comprometer e influenciar a negociação de aumentos salariais dignos que respondam aos elevados valores da inflação.

Por outro lado, para os docentes do ensino profissional, do artístico especializado e em estabelecimentos de ensino com contrato de associação, poderá não existir

prémio e este ser substituído por 9 dias de férias adicionais, não havendo deste modo qualquer compensação monetária por conta da inflação de 2023.

A FENPROF reagiu de imediato, através de uma nota à comunicação social, defendendo que o problema do baixo valor dos salários dos docentes do EPC deveria ser resolvido com a aprovação de um contrato coletivo de trabalho que dignificasse o exercício da profissão neste setor de ensino.

Para a FENPROF, a exigência continua a ser a de uma revisão salarial justa e de acordo com a desvalorização real dos salários nos últimos anos, bem como a revisão do CCT, aproximando as condições de trabalho, carreira e salariais do privado às do público.

Apresentámos, por isso, à CNEF uma proposta que tem como prioridade a recuperação do tempo de serviço prestado, a melhoria do reposicionamento na carreira para os docentes do ensino profissional e a diminuição de tempos letivos no horário dos docentes do ensino artístico especializado.

Estando, neste momento, o processo negocial de revisão do CCT em curso, para vigorar ainda no presente ano letivo, com efeitos a 1 de setembro de 2023, logo faremos a divulgação de novas informações no site da FENPROF e dos respetivos sindicatos, assim como serão enviadas aos sócios. ●



“  
O referido prémio pode comprometer e influenciar a negociação de aumentos salariais dignos que respondam aos elevados valores da inflação.”

diversas do território nacional”, refere a FENPROF numa nota divulgada pelo seu Secretariado Nacional, que acrescenta: Esta bela declaração de intenções... não passa disso mesmo! No manual de utilizador para a contratação inicial e reserva de recrutamento, verifica-se que só há possibilidade para Lisboa ou Portimão, muito longe do que recebeu a designação de “áreas diversas do território nacional” que pode levar o incauto a acreditar que está ali a solução para o acesso suportável à habitação. Para um professor se candidatar a uma destas 29 habitações tem de submeter a sua candidatura ao IHRU e tem de fazer o upload da submissão da candidatura aquando do concurso. Para efeitos de concurso os candidatos são ordenados

de acordo com três critérios associados a distância da residência, rendimento per capita e ordenação na lista graduada.

**3 FENPROF envia um ofício ao ministro da Educação denunciando o indeferimento de pedidos de dispensa da componente letiva** a docentes da Educação Pré-escolar (EPE) e do 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB), por parte de diretores de agrupamentos de escolas, pelo simples facto de não serem professores titulares de turma. No referido ofício a Federação dá nota que têm chegado aos seus sindicatos vários casos de indeferimento de pedidos de dispensa da componente letiva, ao abrigo do n.º 3, do art.º 79.º, do ECD “por motivo do docente não possuir 25

anos de serviço efetivo em regime de monodocência”, apesar de se tratar de docentes dos grupos de recrutamento 100 ou 110, em exercício de funções específicas desses grupos, seja com grupo / turma, em apoio à promoção do sucesso educativo ou em funções de coordenação inerentes à EPE e ao 1º CEB. Sendo a monodocência um regime em que um docente assegura todos os domínios das diferentes áreas curriculares, o desempenho de funções docentes para além da titularidade de grupo/turma no âmbito da EPE e do 1º CEB não altera essa obrigação de assegurar todos os domínios, e são disso prova, por exemplo, as atividades desenvolvidas no âmbito do apoio educativo, onde o docente não passa a dedicar-se apenas ao português,



# Continuar a empobrecer?!? Não, obrigado!

DULCE PINHEIRO (Membro do SN da FENPROF)

**A** luta continua e dia 27 de outubro os professores dirão PRESENTE na greve nacional - não é suportável o estrangulamento causado pelo brutal aumento de custo de vida!

**Facto 1:** a inflação tem delapidado áreas fundamentais da vida de quem trabalha. É o custo da alimentação que não estagna; as despesas com a habitação a bater sucessivos recordes de aumento; os combustíveis onde todos os pretextos são bons para fazer subir o preço!...

**Facto 2:** há dinheiro! Até julho a receita fiscal aumentou 9,2%; as 20 principais empresas nacionais arrecadam diariamente lucros de 25 milhões de euros. São lucros extraordinários, obtidos à custa dos trabalhadores, sem a devida tributação. O governo nem tampouco define preços máximos para os bens essenciais.

**Facto 3:** fica patente que o governo prefere prosseguir este caminho em detrimento de aplicar os milhões na valorização dos salários, no reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado, designadamente, na Educação, na Saúde e na Habitação, isto é, opta por soluções que nada têm a ver com as urgentes respostas que os trabalhadores e o país necessitam!

Relativamente a docentes, um estudo do economista Eugénio Rosa elaborado, com

base em dados oficiais da DGAEP, conclui que, só no período janeiro de 2022 a abril de 2023, a evolução do poder de compra das remunerações base médias mensais líquidas (RBMML), sofrem um enorme desgaste! Deduzida a inflação e os respetivos descontos legais, as RBMML reduziram, neste período, em -9% nos professores universitários; -12% nos professores dos politécnicos e -13,3% nos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário! Fica patente que o governo prefere sacrificar os trabalhadores, nomeadamente, os mais qualificados e com maiores competências, prosseguindo diretrizes impostas por grandes interesses, designadamente, pela U.E..

A proposta do governo de OE para 2024 foi entregue na AR a 10 de outubro.

Do que já se sabe, constata-se a continuação de políticas que não promovem a necessária recuperação do poder de compra, corrompido, durante anos a fio, para todos os trabalhadores e, em particular, para os docentes. Curiosamente esta situação tem validação no acordo plurianual, assinado pelos sindicatos da UGT, para 2023 e seguintes!

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública também apresentou as suas propostas. Contém adequadas soluções para os problemas que se vão avolumando. À cabeça exige a subida dos salários - aumentar em 15%, num mínimo

de 150€ para todos; elevar as pensões de aposentação recuperando o poder de compra; acabar com a precariedade; respeitar o limite das 35 horas; permitir a aposentação aos 36 anos de descontos; revogar o SIADAP substituindo-o por uma avaliação sem quotas, formativa, transparente, equitativa e justa; repor o valor de 1,5% das contribuições da ADSE, sobre 12 meses; respeitar a negociação, a contratação coletiva e os direitos sindicais, nomeadamente, o direito à greve.

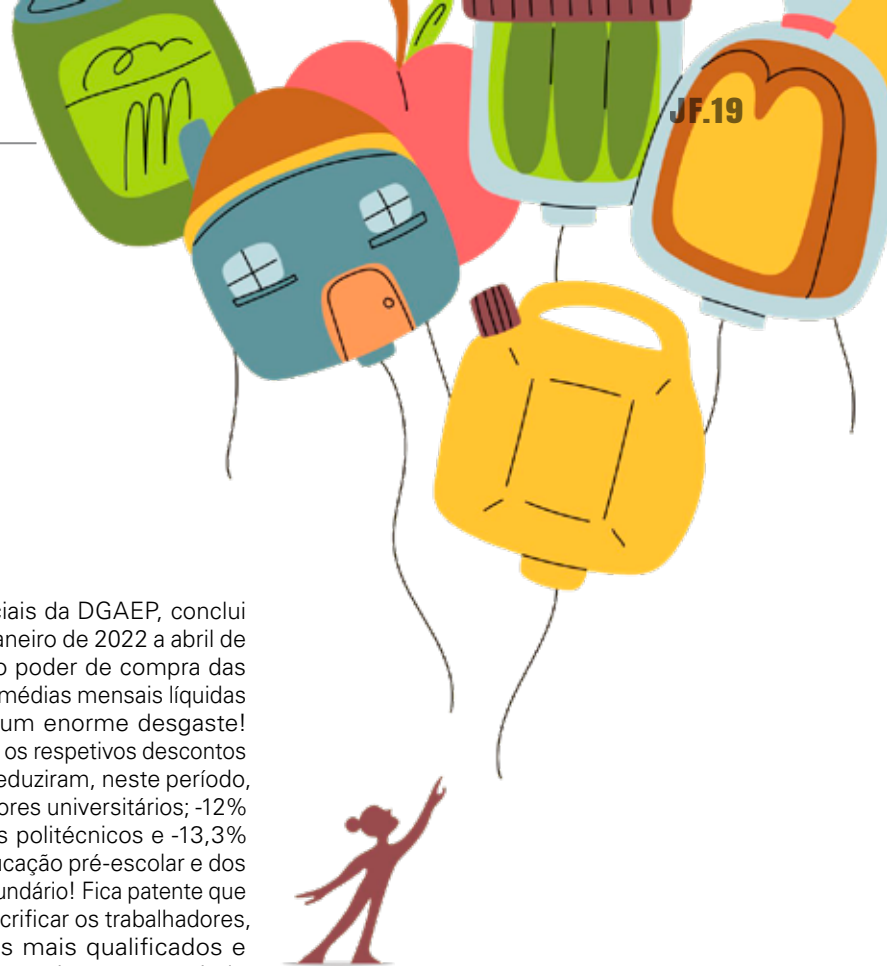
Ao governo exige-se que interrompa o caminho das políticas que têm levado ao empobrecimento e que têm depauperado os serviços públicos. A luta? Essa prossegue já no próximo 27 de outubro! ●

à matemática, ao estudo do meio ou a qualquer outra área curricular. Continua a dar resposta às necessidades detetadas em qualquer uma delas. Não é legítimo, assim, afirmar que apenas os docentes titulares de grupo/turma se encontram em regime de monodocência. Os docentes colocados e a exercer funções nos grupos de docência 100 e 110 encontram-se em regime de monodocência, independentemente das funções que desempenhem nesse âmbito, e isso reflete-se no serviço e na dimensão do horário (25 horas) que lhes é distribuído. O ECD não discrimina docentes titulares e não titulares de grupo/turma e a IGE, conforme ofícios enviados e em cumprimento da lei, também não.

## 9 O aproximar do início do ano letivo confirma a dura realidade já anunciada pela FENPROF.

O corte no crédito horário a atribuir às escolas está a criar grandes constrangimentos na preparação do ano letivo 2023/2024. A justificação dada pelo ministro João Costa para o corte no crédito horário, que foi atribuído extraordinariamente às escolas, para a recuperação de aprendizagens, prende-se com o fim do financiamento comunitário que permitia deslocar verbas para este plano. A opção pela dependência de financiamentos extras, ao invés de alocar verbas do Orçamento do Estado para o funcionamento da Escola Pública tem estas consequências. Ou seja, nunca acontece por acaso, o desinvestimento na

Educação é sempre uma opção política. Logo que foi anunciado o designado Plano 21|23 Escola+, a FENPROF manifestou um conjunto de preocupações relativamente à eficácia deste plano. De facto, as medidas nele previstas ficavam muito aquém das respostas necessárias para combater problemas que nas escolas que já eram estruturais e que a Covid-19 agravou.





**A** cada ano, em 5 de outubro, o Dia Mundial dos Professores celebra a importância social da profissão docente e sublinha a necessidade da sua dignificação, como condição essencial para a valorização da escola e da educação.

Numa nota conjunta, a UNESCO, a UNICEF, a OIT e a Internacional da Educação (IE) explicam a escolha do lema deste ano “Os professores de que precisamos para a educação que queremos. O imperativo de reverter a escassez de professores” e deixam um apelo: “Apelamos aos países para que valorizem os professores, confiem neles e os apoiem adequadamente, de modo a que possam responder às necessidades de cada um e de todos os alunos. São necessárias medidas audazes, se quisermos inverter o

## Conferência Internacional Na comemoração do Dia Mundial dos Professores

MANUELA MENDONÇA (presidente do CN da FENPROF)

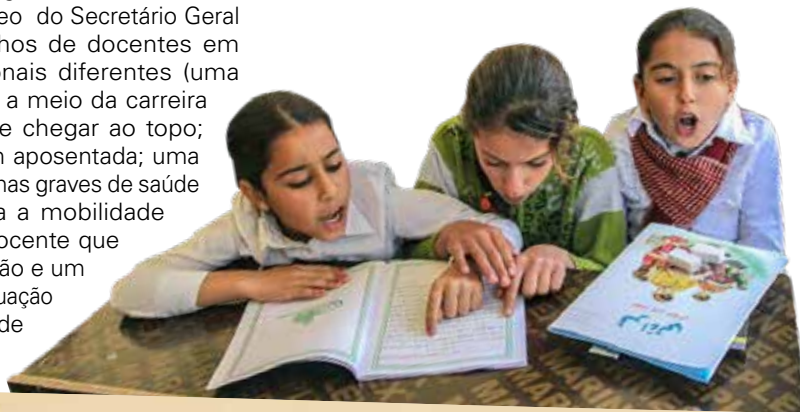
atual declínio e aumentar de forma consistente o número de professores.”

Esta é uma mensagem da maior relevância para o nosso país, onde a falta de professores afeta já milhares de alunos, por inação, ou ação irresponsável, de sucessivos governos. Neste contexto, respondendo a um apelo do Comité Sindical Europeu da Educação – que, no âmbito da campanha Tornar atrativa a profissão docente, declarou a semana de 2 a 6 de outubro como Semana Europeia dos Professores – em Portugal, 9 organizações sindicais promoveram durante essa semana um conjunto de ações, entre elas uma conferência internacional online, em que procuraram refletir sobre o estatuto e as condições de trabalho dos professores portugueses, à luz dos desafios que hoje a profissão enfrenta, à escala europeia e mundial.

Esta iniciativa integrou vários contributos: uma mensagem vídeo do Secretário Geral da IE; 5 testemunhos de docentes em situações profissionais diferentes (uma docente bloqueada a meio da carreira sem expectativa de chegar ao topo; uma docente recém aposentada; uma docente com problemas graves de saúde a quem foi negada a mobilidade por doença; uma docente que abandonou a profissão e um docente jovem em situação precária e afastado de

casa há muitos anos); um momento musical - “Fado (da casa) do Professor”; um vídeo com extratos da intervenção de Howard Stevenson, da Universidade de Nottingham, na conferência “Valorizar a docência, dar rosto ao futuro”; e, a terminar, mensagens vídeo das 9 organizações promotoras desta iniciativa, sublinhando as propostas sindicais para os principais problemas e apelando à participação nas ações de luta, designadamente a greve nacional do dia seguinte.

Aproximando-se a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, este é o momento de reafirmarmos o direito universal a uma educação de qualidade como uma das maiores conquistas da nossa democracia e de reafirmar que esse direito só está garantido com professores qualificados e valorizados. ●



AGOSTO



**9** A FENPROF, dando sequência à luta desenvolvida pelos docentes das Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis sempre com o apoio e o envolvimento dos seus sindicatos, chegou a acordo com o Ministério da Educação sobre a criação de um regime de seleção e recrutamento (vinculação e

regime de concursos) para os professores do ensino artístico especializado público das artes visuais e audiovisuais. Este acordo prevê ainda a realização de um concurso extraordinário, com produção de efeitos a 1 de setembro, destinado à vinculação de pessoal docente das artes visuais e dos audiovisuais há largos anos em situação precária. Foram anos de luta, mas a persistência dos colegas, mesmo durante o período pandémico, permitiu chegar aqui. Lembre-se que, em 2021, a Assembleia da República aprovou mesmo uma lei, a Lei 46/2021, de 13 de julho, que vinha sendo ignorada quer pelo anterior, quer pelo atual Ministro da Educação. O texto do acordo entre a FENPROF e o ME é ligeiramente diferente do que foi assinado por outras organizações sindicais e só foi

assinado, após a última reunião, depois de a FENPROF garantir a resolução de alguns problemas que se mantinham na versão apresentada pelo Ministério. Com este acordo, a luta não irá parar. A FENPROF e os seus sindicatos continuarão a agir no combate à precariedade e, para quem entrar na carreira, a luta deverá centrar-se agora na recomposição da carreira, pela contagem integral do tempo de serviço, contra as vagas na progressão e as quotas na avaliação.

**21** A promulgação do diploma que gera novas assimetrias na carreira e o objetivo de eliminar os 6A 6M 23D confirma a necessidade de os professores manterem forte a sua justa luta. Não foi surpresa porque já estava





**David Edwards,**  
Secretário Geral  
da Internacional  
da Educação

## “Juntem-se a nós!”

**S**ão cada vez menos os jovens que aspiram a ser professores. É fácil perceber porquê. As condições de trabalho deterioraram-se, os salários não acompanharam a inflação, as cargas de trabalho dispararam e a nossa autonomia profissional tem sido constantemente substituída por intermináveis controlos e burocracia, sublinhou o Secretário Geral da Internacional de Educação (IE) por ocasião do Dia Mundial dos Professores.

“O mundo celebra-vos: o vosso trabalho, o vosso compromisso para com os vossos alunos e as vossas comunidades, o vosso conhecimento e sabedoria e o imenso valor que trazem às sociedades em todo o mundo”, registou David Edwards, que acrescentou: “O futuro é construído nas vossas salas de aula e nas vossas escolas todos os dias.”

Lembrando que “a gratidão é ótima e é valorizada, mas os professores precisam de mais do que de agradecimentos”, observou: “A melhor forma de celebrar verdadeiramente a profissão docente é garantir que todos os professores são respeitados, valorizados e remunerados de acordo com o trabalho essencial que fazem.” Há que “valorizar os professores, respeitar os professores, assegurar que estão no centro da tomada de decisões e confiar nos seus saberes pedagógicos”, realçou. Garantindo

que “não estamos sós”, Edwards recordou as palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, quando “chamou a atenção do mundo para a escassez de professores e para o perigo crítico que representa para todos nós”. Acrescentou David Edwards: “O Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente foi criado para enfrentar esta crise e apresentar recomendações claras para os governos implementarem. A Internacional da Educação é a voz da profissão docente no Painel de Alto Nível. Estamos lá para garantir que a vossa realidade e as vossas exigências orientam o caminho a seguir.”

E deixou um apelo: “Não nos ficaremos por aqui. Continuaremos a mobilizar-nos e a organizar-nos para os professores e estudantes de todo o mundo. Juntem-se a nós! Apelem ao vosso governo para que valorize a escola pública.” ●



**Susan Hopgood,**  
Presidente  
da Internacional  
da Educação

## Professores desvalorizados

**A** crescenta Susan Hopgood: “Estão a abandonar a profissão, não por falta de paixão pelo ensino mas devido a um ambiente que mal os sustenta. A deterioração das condições de trabalho, os salários estagnados, um volume de trabalho imenso e uma burocracia sufocante estão a afastar os professores da profissão que amam e de que o mundo precisa. Com menos jovens a considerar o ensino como uma carreira viável, e com uma escassez de 69 milhões de professores,

segundo a UNESCO, para atingir o ensino básico universal até 2030, a crise está clara e presente.”

A responsável da IE destaca ainda:

“O Barómetro Internacional de 2023 do Pessoal da Educação enfatiza ainda mais esta crise, contribuindo para a alarmante escassez de professores, abandono crescente e redução dos que aspiram a ensinar. Com base num estudo com mais de 26 000 educadores, incluindo professores, diretores e pessoal de apoio de 11 países em 4 continentes, os resultados do Barómetro revelam um aumento preocupante de violência no local de trabalho, a par de um insuficiente apoio psicológico e médico para os educadores, assim como significativos problemas relativos ao equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

“Para reverter esta tendência, é necessária uma ação política decisiva: é imperativo financiar a educação pública, investir nos professores, garantir os seus direitos laborais e assegurar que

tenham boas condições de trabalho. Investir na educação não significa apenas financiamento; significa respeitar, valorizar a experiência pedagógica e envolver os professores nos processos de tomada de decisão.

Porém, no meio destes desafios, o Barómetro revela uma dedicação inabalável: a maioria dos educadores abraçaria de novo a profissão, sublinha a Presidente da IE.”

E mais adiante: “A Internacional da Educação, representando 32 milhões de educadores em 180 países, é a voz coletiva dos professores a nível internacional. Somos um movimento. Não estamos apenas a denunciar o problema; estamos a orientar a narrativa para as soluções. A nossa campanha mundial, em Prol do Público! Financiar a Educação, enfatiza a necessidade urgente de os governos financiarem plenamente os sistemas de educação pública e de investirem na profissão docente.” ●

pré-anunciada, mas a promulgação, pelo Presidente da República, do diploma que, supostamente, regulariza assimetrias na progressão na carreira dos docentes não só não resolve o problema das assimetrias existentes, como dá origem a mais algumas. A FENPROF recorda que este diploma, imposto pelo governo, procura consolidar a eliminação definitiva dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço cumprido e não contado para efeitos de carreira; é um diploma que não recupera um só daqueles dias em falta e que mantém as vagas de progressão aos 5.º e 7.º escalões, bem como as quotas que geram tremendas injustiças na avaliação do desempenho dos docentes. Depois de ter devolvido o diploma ao governo, o Presidente da República ter-se-á deixado

convencer sobre a alegada existência de uma fresta na porta que o governo tem mantido fechada, segundo a comunicação social (ainda não se conhece a versão final do diploma), com base numa abstrata formulação que não dá resposta à justa reivindicação dos professores: a recuperação integral do tempo de serviço cumprido, ainda que de forma faseada. Quanto às críticas que o Presidente da República faz ao teor do diploma dir-se-á que são música para os ouvidos dos governantes. A porta que o Presidente da República vê entreaberta está fechada a sete chaves para o governo, a começar pelo Primeiro-Ministro. A sua abertura conseguiu-la-ão os professores lutando. É pena que este problema, que não é o único, mas é, sem dúvida, o que mais une os

professores, se mantenha, pois ele será impeditivo de termos, finalmente, um ano letivo tranquilo no qual a luta dê lugar a uma negociação séria e conseqüente. Quando conhecer o texto final do diploma promulgado, a FENPROF decidirá da necessidade de tomar nova posição, sendo certo que em 1 de setembro, primeiro dia do próximo ano escolar, entregará no Ministério da Educação uma proposta de recuperação total do tempo de serviço ainda congelado e de eliminação das vagas e das quotas.

**28** Greves ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva de estabelecimento serão retomadas em 12 de setembro, anuncia a FENPROF.

# Congresso da Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa CPLP-SE

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)



O 1.º Congresso da Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE) realiza-se em Amarante nos dias 19, 20 e 21 de outubro.

O Congresso tem como objetivos principais a análise a discussão e posicionamento sobre questões referentes à educação e aos seus desafios profissionais e ainda ao sindicalismo no espaço da lusofonia.

São várias as organizações sindicais de professores e trabalhadores da Educação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — Sindical de Educação [CPLP-SE].

O Português é a língua que une organizações de toda a CPLP e é a partir deste ponto que a estrutura existe, para valorizar quer o sindicalismo lusófono, quer a própria Língua Portuguesa, com milhões de falantes pelo mundo fora.

O Congresso será, com certeza, um privilegiado espaço de análise sobre as

diferentes governanças e os contextos educativos e socioprofissionais nestes países, assim como as principais mudanças nas políticas públicas, no financiamento, e na qualidade da educação, os currículos em cada um destes países, a situação profissional dos docentes e de outros trabalhadores da educação, as questões de carreira, a formação inicial e contínua, o acesso e a progressão na carreira, a avaliação, a gestão escolar, as condições de aposentação e outras questões.

Este será também um espaço de reflexão e debate sobre a atual situação da CPLP-SE, enquanto movimento internacional, nomeadamente que caminhos para o futuro, que ações, que estratégias, devem ser iniciadas e reforçadas, que parcerias, que colaborações essenciais a estabelecer, enfim qual o caminho a seguir.

Fórum criado em 2008, onde realidades tão distintas encontram solidariedade e cooperação e onde as organizações “mais fortes” são solidárias e trabalham com as que são “menos capazes” e onde o espírito de interajuda é muito grande.

Apesar de todas as dificuldades, o balanço do trabalho realizado é muito positivo. Houve sempre momentos bons de partilha e de confluência de ideias, que é no fundo, o que esta Sindical da Educação representa e significa.

Assim, para o último dia do congresso em 21 de outubro, foi já convocado este órgão, que terá na sua ordem de trabalhos

dois pontos: o primeiro a apresentação de propostas de alterações estatutárias, o segundo a apresentação de propostas de lista e votação (eleição) para os seus corpos sociais para o mandato 2023/2027.

A FENPROF presente neste 1.º Congresso, reafirma as suas responsabilidades na Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), organização cuja coordenação é, hoje, responsabilidade desta Federação.

## Elemento chave para o desenvolvimento

O que se pretende, e esse, sempre foi o objetivo que impulsionou o nascimento desta estrutura, é continuar a afirmá-la junto dos órgãos executivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da sociedade e dos trabalhadores da educação de cada um destes respetivos países, e também reafirmar a Confederação como elemento chave para o desenvolvimento político, social e económico.

No âmbito da cooperação e da solidariedade, são muitos os contextos e organizações nacionais e internacionais em que a FENPROF participa. Entendemos, por isso, essencial divulgar mais e melhor a sua ação neste âmbito, prestigiando, ainda mais e justamente, a nossa Federação. ●



Apresentados ao Governo e a outras entidades pré-avisos de greve. Apesar da insistência das organizações sindicais, o Ministério da Educação nada fez no sentido de regularizar os horários de trabalho dos docentes, eliminando os abusos e ilegalidades que, em muitas escolas, obrigam os professores a trabalhar muito para além do limite de 35 horas semanais que a lei estabelece. Acresce que a falta de professores tem levado muitas escolas a aumentarem ainda mais a carga letiva dos docentes, com a atribuição de serviço extraordinário, situação que, no próximo ano letivo, se poderá agravar, devido ao corte no crédito de horas destinado à concretização dos planos de recuperação de aprendizagens. Face à não resolução deste grave problema de sobretrabalho a que os

docentes estão sujeitos, as organizações sindicais ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU, como já tinham admitido, decidiram convocar greves ao sobretrabalho, às horas extraordinárias e a todas as atividades integradas na componente não letiva de estabelecimento a partir de 12 de setembro, primeiro dia do ano letivo. Apesar das greves agora convocadas, mantém-se a disponibilidade das organizações sindicais para resolver os problemas relacionados com os horários de trabalho, entre outros.

**29 FENPROF inicia ano com reflexão, debate, ação e tomada de decisão.** Estão previstas reuniões dos seus órgãos dirigentes, deslocação ao ME (1 de setembro) e Encontro

Nacional de representantes sindicais das escolas, na Voz do Operário, em Lisboa (6 de setembro). A FENPROF pretende entregar no ME proposta fundamentada, visando a recuperação dos 2393 dias (6 anos, 6 meses e 23 dias) de serviço que foram cumpridos no período de congelamento das progressões e ainda não foram recuperados. Nas palavras do Presidente da República, o Dec. Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto, que promulgou após um primeiro veto, deixa entreaberta a porta desta recuperação. A FENPROF pretende aproveitar essa porta, assumindo a sua parte, enquanto entidade com competência negocial, procurando que se abra de vez. Foi pedida audiência ao ministro da Educação para entrega e justificação dos termos da proposta.



# Argentina: FENPROF em congresso comemorativo dos 50 anos da CTERA

MANUELA MENDONÇA (presidente do CN da FENPROF)



**A 22 de setembro, a Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) realizou o seu Congresso Pedagógico Nacional “A Escola Pública constrói a Democracia e os Direitos Humanos”, no ano do seu 50º aniversário e da comemoração de 40 anos de democracia.**

**P**ara além dos 2000 delegados provenientes de todo o país, estiveram presentes como convidados educadores, acadêmicos, artistas, jornalistas, organizações de defesa dos direitos humanos, organizações sociais e dirigentes das três centrais sindicais. A delegação de convidados internacionais incluiu representantes de dezenas de organizações sindicais docentes de outros países, entre as quais

a FENPROF, para além do Secretário-geral da Internacional da Educação, que deixaram mensagens de solidariedade aos delegados ao congresso e tiveram a possibilidade de participar em debates realizados em 22 mesas temáticas simultâneas sobre assuntos diversos: desde as tecnologias digitais e a educação ambiental, a formação docente, os desafios da inclusão ou a democratização da organização escolar, à educação popular, alternativas pedagógicas e movimentos latinoamericanos, à educação, povos originários e interculturalidade, às lutas pelo “Nunca Mais” ou à justiça e direitos humanos.

O evento teve lugar na cidade de Buenos Aires, nos terrenos da antiga Escola Superior de Mecânica da Armada – ESMA, o maior centro clandestino de detenção, tortura e extermínio da ditadura militar argentina, por onde passaram mais de 5000 presos, posteriormente, desaparecidos (muitos lançados ao Rio da Prata e ao mar nos que ficaram conhecidos como ‘voos da morte’). Este espaço, mais tarde transformado em “Espaço Memória e Direitos Humanos”, foi declarado pela UNESCO Património Mundial da Humanidade, precisamente na semana da realização deste congresso.



Esta circunstância tornou este evento particularmente intenso e comovido. Não apenas porque nele foi recordada a história da CTERA desde a sua fundação, em 11 de setembro de 1973 e as grandes lutas sindicais nestes 50 anos, mas também porque aí foram lembrados os mais de 700 professores presos, desaparecidos e assassinados durante a última ditadura civil-militar, de 1976 a 1983. O congresso prestou ainda homenagem às Mães da Praça de Maio, às Avós da Praça de Maio e à Associação FILHOS. Como foi lembrado, durante a ditadura foram roubadas cerca de 500 crianças (na ESMA terão nascido pelo menos 30). Entretanto, foram “encontradas” 108, através de provas genéticas e as investigações prosseguem.

Num ritual sempre repetido, uma das homenageadas mães da Praça de Maio dirigiu-se aos delegados, com milhares de vezes a responder em uníssono:

- **Pelos docentes e os 30 mil detidos desaparecidos!**
- **PRESENTE!**
- **Agora**
- **E SEMPRE! ●**

## 31 Reunião do Secretariado Nacional da FENPROF.

### SETEMBRO

**1** Delegação da FENPROF desloca-se ao Ministério da Educação, no 2º dia da reunião do Secretariado Nacional, dando um sinal ao governo e aos portugueses de que considera a negociação como via privilegiada para resolver os problemas. É entregue no Ministério uma proposta concreta, devidamente fundamentada, destinada a recuperar o tempo de serviço nos próximos 3 anos. A entrega neste momento visa garantir que o primeiro momento de faseamento terá

enquadramento financeiro no Orçamento do Estado para 2024. Aguarda-se uma resposta do ME, com a marcação de reunião para calendarizar o processo negocial, abrindo-se, dessa forma, a porta que o Presidente da República já considerou estar entreaberta. Na audiência com os representantes do gabinete do Secretário de Estado da Educação, a FENPROF coloca outras questões que deverão merecer resposta já na próxima semana.

**5** Reunião do Conselho Nacional, órgão máximo da Federação entre Congressos. A ação a desenvolver pela FENPROF com os professores não se esgota na marcação de lutas, passando pela reflexão e debate com os professores, construindo propostas para

responder aos problemas e decidindo as formas de luta a desenvolver; lutas que, claro, terão de se concretizar caso o Ministério da Educação continue a rejeitar as propostas que recebe e a não abrir os processos negociais prioritários. É nesse sentido que se realiza o Conselho Nacional da FENPROF. Num novo ano letivo, o CN reafirma a necessidade da luta pela valorização da profissão, a recomposição da carreira e de um conjunto de soluções para outros problemas que afetam a profissão e a escola pública, destacando a abertura da Federação para a negociação responsável com a tutela.





SPRA comenta abertura do ano letivo 2023/24

## Açores: orçamento para a Educação desadequado

O arranque deste ano letivo é marcado por uma situação conjuntural, que resulta de um orçamento para a Educação claramente desadequado à realidade atual. Este cenário agravou-se com a não apresentação de um orçamento retificativo por parte do Governo, sublinhou a Direção do SPRA na abertura do ano letivo.

Chegou ao conhecimento do Sindicato que “inúmeras escolas referiram-nos a existência de espaços degradados e da necessidade de obras – algumas com vários anos de atraso –, não

havendo disponibilidade financeira para reparações. Acresce a inexistência de verba para consumíveis, mobiliário e, até, de fornecimento de gás. O alargamento dos manuais digitais aos alunos dos 6.º e 9.º anos do Ensino Básico duplicou o número de utilizadores. Apesar deste aumento, os problemas de capacidade das redes, ao contrário do ano transato, parecem ser pontuais, provavelmente, porque ainda não estão a ser usados em pleno, por falta de recursos humanos da área da informática e pelo conjunto de procedimentos administrativos que estão

ligados à entrega dos equipamentos.

O SPRA chama atenção para a falta de funcionários e de pessoal docente, uma grave situação que condiciona a atividade das escolas. “A carência de docentes tornou-se ainda mais evidente quando as escolas foram confrontadas, tardiamente (em meados do mês de agosto), com a necessidade de redistribuir alunos, reduzindo o número de turmas, para mitigar a falta de recursos humanos. O resultado prático foi a constituição de turmas maiores, com vários anos de escolaridade na mesma turma, e do incumprimento, nalguns casos, do RGAPA ou no seu cumprimento limite de forma generalizada. Esta realidade conduzirá a piores condições de aprendizagem e ao maior desgaste dos docentes”, alerta a Direção sindical.

Neste ano letivo, a falta destes trabalhadores da educação deve-se, em alguns casos, ao incumprimento dos rácios e a baixas médicas que não são colmatadas pelas respetivas substituições. Este problema põe em causa a segurança física das crianças e alunos, bem como o funcionamento das escolas. Algumas unidades orgânicas manifestaram, ainda, a necessidade de pessoal administrativo e na área de manutenção de equipamentos informáticos, alerta o Sindicato.

O SPRA enviou ofício à tutela sobre progressão dos docentes, destaca que “o modelo de educação inclusiva exige investimento que não se verificou” e conclui: “Apesar das conquistas do SPRA marcarmos este ano letivo, problemas estruturais e conjunturais põem em causa o arranque normal do ano letivo nos Açores”. ●

Todos os pormenores sobre a abertura do ano letivo na RA Açores em [www.spra.pt](http://www.spra.pt)



**6** A FENPROF reúne os seus quadros e dirigentes sindicais na “Voz do Operário”, em Lisboa, para analisar o último ano de luta dos professores e educadores, mas, principalmente, para debater e preparar a ação reivindicativa do ano letivo que agora se inicia. No encerramento do encontro, com mais de 500 ativistas, delegados e dirigentes

sindicais da FENPROF, o Secretário-Geral reforçou a necessidade de prosseguir a luta pela valorização da profissão, pois, apesar dos muitos objetivos alcançados, ainda há questões muito importantes por resolver. Mário Nogueira lembra que não se trata apenas da recuperação do tempo de serviço cumprido, mas da resolução das ilegalidades nos horários de trabalho dos professores, da criação de um regime específico de aposentação, do combate à precariedade, da eliminação das quotas e vagas para progressão na carreira, entre muitas outras questões a que o governo terá que dar resposta, de modo a valorizar a profissão, torná-la atrativa e, dessa forma, enfrentar o maior desafio que se coloca à Escola Pública atualmente: a falta de professores qualificados nas escolas.

O Plenário aprova, por unanimidade e aclamação, a Resolução intitulada “Continua a ser tempo dos professores que, pela luta, afirmarão a necessidade e exigência de valorização da profissão e da Escola Pública”.

**11** Integradas no calendário das ações previstas para a abertura do ano letivo, os sindicatos que convergem na ação pela profissão e pela Escola Pública (ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU) afixam materiais (pendões e MUIPIs) em todo o país, em locais públicos, nas escolas e sedes de agrupamento de escolas.





5 de outubro

## Monumento aos docentes inaugurado no Funchal

JACKELINE VIEIRA (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

**N**o dia 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, teve lugar a inauguração da estátua “A Professora”, concretizando um sonho do Sindicato dos Professores da Madeira, de há longo tempo. Foi graças à mão do mestre, escultor e professor Francisco Simões e com o apoio da Câmara Municipal do Funchal que esta escultura foi edificada no centro do Funchal.

Para compreendermos esta obra, nada melhor que citar o seu autor, Francisco Simões, que nos explica onde foi buscar a inspiração para esta criação e o qual o seu significado:

“Esta escultura, que homenageia os professores e os educadores, é uma escultura que, ao fim e ao cabo, me homenageia também a mim, porque toda a vida fui professor.

Ela surge aqui na cidade do Funchal por uma relação, longa relação, com o Sindicato dos Professores; uma relação de afeto, de camaradagem, de colaboração, de grande amizade e de reconhecimento pelo trabalho extraordinário que este Sindicato, ao longo de 45 anos, tem vindo a fazer. A minha ligação a este Sindicato vem

do tempo em que ele não era, ainda, o Sindicato dos Professores da Madeira, mas era o Grupo de Estudos que deu origem à revista Professor e, mais tarde, também ao Sindicato dos Professores da Madeira.

Portanto, quando, há 6/7 anos, me foi sugerido fazer um monumento ao Professor, imediatamente pensei-o na linha de uma série de esculturas que tinha feito, que eram as minhas leitoras, eram mulheres, sentadas, que liam livros. Uma delas é capa de um livro de David Morão Ferreira; outra entusiasmou muito o escritor Raymond Jean, autor de La lectrice, que, em Paris, quando a viu, entrou desvairado por uma galeria adentro e dizia “Ça c’est ma lectrice, mais ça c’est ma lectrice”, e, mais tarde, veio com a atriz Miou-Miou, que representou o papel de leitora nesse filme de Raymond Jean. Achei, logo, que estava ali o monumento ao Professor: era uma Mulher.

Na verdade, a maioria dos professores

são mulheres, porque o ensino precisa sempre daquele carinho quase maternal, é quase sempre a nossa mãe quem nos ensina a primeira letra, foi quase sempre uma mulher quem nos ensinou o abecedário “o b-a-b-a”, e portanto, o professor é a ternura, o professor é a sabedoria, o professor é a luz, o professor é o alimento e o alimento é a nossa mãe, o peito da nossa mãe, é onde nos alimentamos pela primeira vez. A sabedoria da nossa mãe que nos ensina a andar, que nos ensina a comer, que nos ensina a ler, daí aquela mulher. Aquela mulher representa isto tudo, a sabedoria, a luz, o afeto, o amor, até porque eu sou mesmo um pedagogo do amor. A minha tese pedagógica é sempre o ensino com amor, e o ensino deve ser sempre com amor. Por isso, ofereci ao meu Sindicato para que ele fizesse o que quisesse, já há 6/7 anos, nem me recordo, o gesso desta escultura.

Agora, em boa hora, a Câmara e o Sindicato entenderam-se e, em boa hora, colocaram, junto ao Sindicato, este monumento ao Educador e ao Professor, que espero que seja do agrado de todos vós.” ●



**12** Em entrevista ao jornal Eco - Economia Online, o Secretário-Geral da FENPROF garante que a luta pela valorização da profissão docente vai continuar em 2023/24. A recuperação do tempo de serviço congelado continua a ser uma questão fundamental e Mário Nogueira considera que a sua resolução seria um contributo importante para devolver a tranquilidade às escolas. No entanto, a falta de professores, o envelhecimento do corpo docente, as ilegalidades nas condições de trabalho e a necessidade de criar atratividade para a profissão continuam entre as principais preocupações da FENPROF neste início de ano letivo.

“Na perspetiva dos professores, temos estado a viver um processo

de desresponsabilização do Estado, através do Orçamento de Estado, em relação ao financiamento da Educação. Cada vez mais, o Governo procura que as verbas que o Estado central deveria atribuir à Educação sejam atiradas para duas outras fontes de financiamento”, sublinha o dirigente sindical.

**13** A confederação patronal do ensino privado anunciou um prémio a atribuir aos docentes que poderá ser de 4% do salário, pago de uma vez ou em prestações, de pagamento de subsídio de refeição sem ser em géneros ou de dias de férias. A FENPROF considera que a atribuição de um prémio é reveladora da má consciência por parte de quem explora os docentes dos colégios privados

e escolas profissionais, designadamente no que concerne a carreira, salários e condições de trabalho, desde logo horários. O problema do baixo valor dos salários dos docentes do ensino privado deveria ser resolvido com a aprovação de um contrato coletivo de trabalho valorizador da profissão e do seu exercício, neste caso por quem presta serviço no ensino particular e cooperativo. O prémio não é integrado no salário dos trabalhadores e tem um horizonte curto.

**15** Em artigo publicado no jornal “Público”, o Secretário-Geral da FENPROF comenta a entrevista do ministro da Educação à RTP no passado dia 12. Para Mário Nogueira, “foi importante a entrevista ao ministro



## Oh as casas as casas as casas... professores, educadores e investigadores em luta pelo direito constitucional à habitação

MANUEL GUERRA (Membro do CN da FENPROF)

**“Terei eu casa onde reter tudo isto ou serei sempre somente esta instabilidade?”**

Ruy Belo, “Oh as casas as casas as casas”  
[excerto] em *O País Possível* (1973)

**A** Constituição da República Portuguesa consagra que «Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.» (artigo 65.º, ponto 1).

No entanto, a realidade em Portugal é outra, com milhares de homens e mulheres, crianças e jovens, a serem confrontados com a privação do direito constitucional à habitação.

A situação vivida pela população, residente e trabalhadora em Portugal, no acesso e na manutenção de uma habitação digna, bem como de todas as pessoas que estando numa situação mais vulnerável já perderam o acesso a este direito fundamental,

é crítica e reclama respostas do governo. Respostas que enfrentem de forma determinada a especulação imobiliária e os interesses da banca e se traduzam em mais habitação pública e no aumento dos salários e valorização do trabalho.

Professores, educadores e investigadores conhecem de perto esta problemática: ora enfrentando na primeira pessoa situações de profunda instabilidade profissional e pessoal; ora acompanhando de perto vivências de outros colegas, trabalhadores de educação, bem como estudantes e suas famílias, cujos relatos não raras vezes chegam às salas de aula da Escola Pública.

Não era certamente este estado de coisas que esperávamos encontrar nas vésperas do cinquentenário do 25 de Abril.

Como é, afinal, possível garantir o direito à educação quando as desigualdades se agravam deste modo?

A situação da habitação, designadamente o seu preço, quer por via das rendas proibitivas de apartamentos ou até de simples quartos, quer por via do aumento

sucessivo das taxas de juro para quem paga empréstimos bancários inoportáveis (e que o BCE pretende manter “por um período suficientemente longo”), é mais um contributo para o agravamento do problema da falta de professores. Situação esta que se agrava com as colocações longe de casa nas quais facilmente as despesas se tornam superiores ao salário. Também por esta razão muitos docentes abandonaram ou poderão vir a abandonar a profissão.

Por tudo isto, no dia 30 de Setembro de 2023, os sindicatos da FENPROF, lado a lado com as populações de 22 cidades do país, participaram nas manifestações «Casa para Viver». Neste contexto, assinala-se a forte mobilização que teve lugar em Lisboa, após a realização da 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação.

Afirmando bem alto que a habitação é um direito, professores, educadores e investigadores demonstraram que estão disponíveis para lutar pelo direito constitucional à habitação, conquista de Abril que urge cumprir. ●

da Educação no Telejornal de dia 12 de setembro. Não pelas propostas que revelou ter para resolver os problemas das escolas e dos professores, mas precisamente pela sua falta”. “A entrevista a que o país assistiu [...] confirmou que no Ministério da Educação não há propostas nem vontade política para resolver os problemas das escolas, dos alunos e dos professores. Tal só acontecerá se toda a comunidade educativa lutar pelo futuro. Da parte dos professores, pela responsabilidade que assumem na escola, a luta continuará pela valorização da sua profissão e da escola pública”, conclui. Escreve ainda: “Os professores devem ser respeitados e o respeito passa também pelo direito a uma habitação digna e a apoios efetivos a quem se encontra deslocado da sua área de residência”.



**18** Em conferência de Imprensa, em Lisboa, para além da apreciação das condições de abertura do ano letivo, a FENPROF apresenta um simulador que converte o roubo do tempo de serviço em perdas salariais, permitindo aos professores conhecer o valor que, mensalmente, lhes é retirado devido à não contagem integral do tempo de serviço cumprido (ver: [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)).

**20** ME obriga a período probatório para pagar menos e impõe mais horas de trabalho, alerta a FENPROF, que avançará, se necessário, com ações para pôr cobro à discriminação dos docentes que vincularam este ano. Os responsáveis do Ministério da Educação (ME) não se cansam de lembrar os quase 8000 docentes que entraram nos quadros, mas não referem o que lhes pretendem, agora, fazer. E não o fazem porque o que pretendem é ilegal e discriminatório. Por tal motivo, a não ser resolvida a situação durante esta semana, a FENPROF avançará para os tribunais, com quatro ações, uma por Sindicato regional (SPN, SPRC, SPGL e SPZS), em representação coletiva e abstrata dos associados, denunciando o problema junto da Assembleia da Repú-





## 28 de outubro (sábado) Vila Nova de Gaia acolhe III Encontro pela Paz

**A** iniciativa, a realizar no pavilhão municipal de Oliveira do Douro, é do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) em conjunto com diversificadas organizações e movimentos sociais que, na sua prática quotidiana, tomam clara e inequívoca a sua posição contra a guerra, manifestando-se pela defesa dos valores da Paz e da solidariedade entre os povos. Uma matéria de flagrante atualidade como o comprova a situação que se vive

blica e da Provedoria de Justiça, solicitando que seja requerida a fiscalização da constitucionalidade da situação criada, e apresentará nova queixa junto da Comissão Europeia por violação da diretiva que determina a não discriminação salarial dos docentes por motivo relacionado com o vínculo laboral. O que está a acontecer é absurdo e inaceitável. O ME, ao mesmo tempo que se vê obrigado a contratar docentes sem a correspondente habilitação profissional, prepara-se para impor a docentes profissionalizados que entram nos quadros pela norma-travão ou pela vinculação dinâmica – todos eles com muitos anos de serviço e inúmeras avaliações positivas, necessárias para terem mantido um contrato – o cumprimento do designado período probatório,

atualmente em vários países da Europa ao Médio Oriente. Esta iniciativa surge na sequência de anteriores Encontros pela Paz, realizados em 20 de outubro de 2018, em Loures, e em 5 de junho de 2021, em Setúbal. Os promotores (\*) destas ações sublinham que é imperioso encontrar as respostas mais adequadas para enfrentar as sérias ameaças à Paz que continuam a pairar sobre a Humanidade.

### Horário

O Encontro pela Paz, que decorrerá entre as 10h30 e as 17h30, pretende contribuir para a mobilização e intervenção em defesa da Paz e da cooperação internacional, pela rejeição do militarismo, da corrida aos armamentos e da guerra, tendo presentes os princípios constantes na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas. ●

(\*) Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD); a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); a Federação Nacional de Professores (FENPROF); a Juventude Operária Católica (JOC); o Movimento Democrático de Mulheres (MDM); o Movimento dos Municípios pela Paz (MMP); o Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM); a Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM); a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP); a Câmara Municipal de Setúbal (local do último Encontro pela Paz); a Câmara Municipal de Évora (coordenadora em Portugal da rede Mayors for Peace) e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (anfitriã do III Encontro pela Paz).

como se não tivessem já provado, durante anos suficientes, a competência para o exercício da profissão. A esses docentes estão também a ser negadas, o que nunca aconteceu, as reduções de componente letiva previstas no artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente, o que os discrimina em relação aos outros docentes dos quadros; para além disso, estão a ser mantidos no índice salarial 167, quando os colegas que se mantêm com contrato a termo irão vencer por índice superior, a partir de agora, desde que tenham tempo de serviço que o permita, podendo chegar ao correspondente ao 3.º escalão da carreira. Resolvida, insuficientemente, diga-se, a discriminação salarial de que vinham a ser alvo os docentes com contrato a termo, são agora docentes



## CGTP-IN convoca manifestação nacional para 11 de novembro

O Conselho Nacional da CGTP-IN esteve reunido em Lisboa no passado dia 10 de outubro e decidiu, entre outras ações:

- Levar a cabo a ação "Luta Geral pelo Aumento dos Salários!", entre os dias 25 de outubro e 11 de novembro, com a realização de plenários, concentrações, paralisações e greves, nos locais de trabalho de todos os sectores, em todo o país, mobilizando os trabalhadores na discussão, assunção e luta em torno da exigência do aumento geral e significativo dos salários e das suas reivindicações concretas.
- Convocar uma Manifestação Nacional 11 de novembro, sábado, em Lisboa e no Porto, sob o lema "Pelo Aumento dos Salários | Contra o Aumento do Custo de Vida" e mobilizando os trabalhadores e as famílias, os reformados e pensionistas, os jovens e outras camadas da população, para saírem à rua pelo aumento dos salários e pensões, o direito à habitação, o direito à saúde e a um SNS com respostas, a defesa e fortalecimento dos serviços públicos.

**O movimento sindical unitário exige um outro rumo para país. ●**

dos quadros que passam a ser discriminados em relação àqueles seus colegas. Se lembrarmos que os professores que vincularam terão de concorrer a nível nacional, no próximo ano, é caso para afirmar que o ingresso no quadro, feito de acordo com o que o ME estabeleceu, os prejudica em termos remuneratórios, no imediato, e, como a FENPROF tem vindo a denunciar, não resolveu o grave problema de instabilidade, já que poderão vir a ser colocados em escola mais afastada da área de residência do que estariam enquanto contratados.

Seleção: **JPO**





## O Povo saiu à rua

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)

**N**as comemorações oficiais do 5 de outubro deste ano, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa resolveu dar ao 25 de novembro lugar cimeiro no que à celebração dos 50 anos do 25 de abril diz respeito. Para Carlos Moedas foi o 25 de novembro que conferiu ao 25 de abril o seu conteúdo verdadeiramente democrático.

Clamando contra o que chama de extremismos, parcialidades de análise se quisermos, Carlos Moedas colocou-se ele próprio nesse papel, no papel de quem não vê, nem quer ver, o quadro todo, apenas a parte que lhe interessa. O 25 de novembro foi uma parte, um momento, de um processo vasto complexo que vai de 25 de abril de 1974 a 25 de abril de 1976, ou seja, do dia do golpe

militar que faz cair o regime fascista ao dia em que entra em vigor a Constituição da República Portuguesa, tão só o documento que encerra, sintetiza, as conquistas que esse mesmo processo possibilitou.

Um processo que teve momentos tensos e intensos, curvas apertadas, golpes e contra-golpes, manifestações e greves, bombismo e terrorismo, avanços e recuos. Contudo, o que fica desse processo é a vontade popular de mudar, de fazer de novo e é isso que se celebra – o velho que caiu e o novo que se abriu.

Não significa isto que se ignorem os momentos, as partes do processo. Aliás, os momentos contribuíram para a síntese final. E não foram poucos. Registrando os mais significativos: o primeiro de maio de 1974, o 28 de setembro de 1974 e a maioria silenciosa, o golpe spinoquista de 11 de março de 1975, as eleições para a assembleia constituinte de 25 de abril de 1975, o verão quente de 1975, o 25 de novembro de 1975, a aprovação da Constituição da República Portuguesa a 2 de abril de 1976 e a sua entrada em vigor a 25 de abril de 1976.

O que a FENPROF vai celebrar ao longo deste ano letivo, no quinquagésimo aniversário do 25 de Abril, é o povo que saiu à rua e os direitos que conquistou. Não esqueceremos o antes, os que resistiram na noite fascista, teremos visita(s) a Peniche, ao Museu Nacional Resistência e Liberdade e ao Mural do 25 de Abril. Não esqueceremos a liberdade, a liberdade de criar, reeditando materiais sobre a temática e desafiando as escolas a participar num concurso (cartaz, conto e banda desenhada). Não esquecemos os direitos na educação e no ensino que Abril trouxe, promovendo um ciclo de sete debates sobre conteúdos da Constituição. E, sem esquecer que Abril é participação popular, é prática de todos os dias e em todo o lado, organizaremos e/ou participaremos com outros setores e organizações, de norte a sul do país, em iniciativas comemorativas de Abril e em defesa dos seus direitos. Viva o 25 de Abril! ●



## 5.ª Corrida do Professor e da Educação supera todos os recordes

A realização, no passado dia 30 de setembro, desta iniciativa revela uma crescente adesão, com cerca de um milhar de participantes.

Também o número de equipas de escolas e de crianças aumentou. A corrida, realizada em Lisboa, na zona de Belém, foi mais do que um evento desportivo. Foi um espaço de ação pela Profissão, mas também de convívio. A corrida teve início às 9:30, com atividades diversas dirigidas a todos junto ao Centro Cultural de Belém, e três provas: Corrida Novas Gerações (dos 7 aos 15 anos), Marcha (5 Km) e Corrida (10 Km). ●



BENEFÍCIOS



### IMPORTANTE:

A partir de 2024 a quota é majorada em 100% para efeitos de IRS, o que, na prática, anula a despesa com essa mesma quota (até agora era só 50%)

## Sindicaliza-te!

Se já és sócio, aqui podes encontrar aquilo de que precisas em cada momento, em qualquer lugar.





## Aposentação

**FENPROF reúne com Grupos Parlamentares**

**N**a sequência da realização da 3ª Conferência, a 29 de novembro passado, o Departamento de Professores Aposentados pediu reunião aos Grupos Parlamentares da AR para entrega da Resolução aprovada, para discussão e reforço das reivindicações. Apesar de a resolução conter reivindicações nestas áreas - Melhoria de Pensões - Sustentabilidade da SS - Medicina para o envelhecimento, as doenças mentais e a economia do trabalho - ADSE -

Direito à participação e à mobilidade - elencou duas áreas - atualização das pensões e SNS.

Sobre a atualização das pensões, num texto que entregou, registou o histórico das atualizações desde 2011, que se encontra sistematizado no quadro que a seguir se apresenta.

Relativamente ao SNS lembrou que há décadas que há um subfinanciamento crónico, pelo que para poder funcionar se tem endividado. Só entre dezembro/21 e outubro/22 a sua dívida aos fornecedores

aumentou 51,7%! Lembrou que o OE para 2023 a nível de receita aumentou apenas 4% e não os 10,5% anunciados pela comunicação social.

É assim que o SNS se continua a degradar e os portugueses a sofrerem devido à passividade e incapacidade do governo para tomar as medidas adequadas.

**Sendo esta uma área importante para todos, temos de continuar a lutar pela mudança necessária. ●**

**Consultar:** [www.fenprof.pt/aposentados](http://www.fenprof.pt/aposentados)

**Aumentos das pensões na última década**

Valor da pensão	2011 - 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 Jan.	2023 julho
Até 300€	reduzido									
Até 683,30	congelados	0,4%								
Até 842,60			0,5%							
Até 857€				1,08%						
Até 2573,4€					1,05%					
Até 871,5						1,06%	0,7%	Cong.	1%	
Sup. a 2614€ -2659						0,78%	0,24%	Cong.	0,24%	
								+1/2 Pensão 3,2%		
Até 960€									4,83%	3,57%
960€ - 2852€									4,49%	3,57%
2852€ - 5765€									3,89%	3,57%

**Encontro quadros sindicais abre caminho para a luta!**

A iniciar o ano letivo, a FENPROF reuniu em Lisboa perto de meio milhar de ativistas, dirigentes e delegados sindicais para analisar o último ano de luta dos docentes

e, principalmente, para debater e preparar a ação reivindicativa. Das intervenções e da reflexão realizada neste encontro, os presentes aprovaram por unanimidade e aclamação uma resolução que afirma a necessidade e exigência da valorização da profissão e da Escola Pública, reconhecendo que a luta não foi em vão, mas a obstinação do governo e a insuficiência dos resultados exigem que continue. A manter-se a atitude negocial dos responsáveis do Ministério da Educação, e a falta de soluções para os problemas da profissão e da Escola Pública, a luta dos professores e educadores irá continuar. ●

**Resolução aprovada no encontro**

**Formação inicial**

A FENPROF considera que o projeto de diploma apresentado pelo ME de regime jurídico de habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, reduz o nível da formação, desvaloriza o papel dos orientadores, levanta dúvidas quanto à natureza dos contratos dos estagiários e poderá levar à redução de centenas/milhares de horários nas várias modalidades dos concursos. Numa segunda reunião, realizada a 10 de outubro, a FENPROF apresentou o seu parecer. ●

**Consultar:** [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

## Lisboa

## “A oposição estudantil à ditadura no ensino secundário (1970-1974)”

Com o apoio da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas-Arquivo Nacional Torre do Tombo, do Arquivo de História Social-Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, do Centro de Documentação 25 de Abril-Universidade de Coimbra, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, do Centro de Estudos Sociais da U. de Coimbra e da Câmara Municipal de Grândola, vai ser inaugurada a 15 de dezembro próximo a exposição “Há sempre alguém que diz não! – A oposição estudantil à ditadura no ensino secundário de Lisboa (1970-1974)”. A mostra, que assinala os 50 anos da detenção de 151 estudantes do ensino secundário de Lisboa, poderá ser visitada até 28 de fevereiro do próximo ano na Torre do Tombo, na alameda em Lisboa.

“Orientada para alunos entre o 8º e 12º anos e para os programas de História e de outras ciências sociais e humanas, a exposição, de entrada livre, visa dar a conhecer aos mais novos, mas igualmente às gerações que nasceram já em democracia, como foi que jovens entre os 13 e os 17 anos abraçaram o imperativo de contestar as diversas formas como a ditadura condicionava a sua vida: nos estudos, no acesso à cultura, no simples convívio entre jovens, bem como no seu direito de viver em paz e não ter de fazer uma guerra em África a cuja finalidade não aderiam”, observa a organização.

- **Horário** – segunda a sexta, 9.30-19.30; sábado, 9.30-12.30
- **Visitas guiadas para as escolas** – terça e quinta (10-13h e 14-16h), sujeitas a marcação prévia através do endereço expo50anosdepois@gmail.com, com pelo menos 5 dias de antecedência.
- **Visitas não guiadas para as escolas** – segunda, quarta e sexta (10-13h e 14-16h), sujeitas a marcação prévia através do endereço expo50anosdepois@gmail.com.
- **Telefones** exclusivamente dedicados a pedidos de informações e esclarecimentos – Rita Areosa (965 316 624) José Carlos Cima Gomes (967 733 827).
- As escolas e/ou os professores que marcarem visitas guiadas e não guiadas receberão previamente um guião da exposição, em formato eletrónico, que poderão imprimir. ●



## “Misericórdia”

Lídia Jorge vence o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues

Lídia Jorge, com o romance “Misericórdia”, venceu o Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues 2023, instituído pela FENPROF com o apoio da SABSEG. O júri considerou que este foi o concurso em que se apresentou um maior número de obras de inegável qualidade.

O prémio distingue desde 2013 a obra literária de ficção da autoria de professor/a no ativo ou aposentado/a, decorre de uma parceria com a Sabseg- Corretora de Seguros e alterna, anualmente, com o Prémio António Gedeão atribuído a obra de poesia.

Dos quatro romances por si selecionados de entre os dezoito que se apresentaram a concurso, o júri decidiu, por unanimidade, atribuir o prémio Urbano Tavares Rodrigues 2023 a Misericórdia, de Lídia Jorge.

«Misericórdia confronta-nos com os nossos “últimos dias”, com o universo dos lares e residências onde são depositados e amontoados os que “vieram para ficar”. Um relato pungente dessa realidade cruel e complexa, [...] uma radiografia ficcional ímpar das tensões e contradições que tal microcosmos potencia», refere a ata de decisão do júri, constituído por Paulo Sucena (FENPROF), José Manuel Mendes e Paula Mendes Coelho.

Esta é a segunda vez que Lídia Jorge é distinguida com o Prémio Urbano Tavares Rodrigues, pois já tinha sido a vencedora da segunda edição deste prémio, em 2015, com o romance Os Memoráveis.

A FENPROF assinala que o belíssimo romance agora distinguido é um livro

sobre o poder da memória e da Literatura – escrita, lida e ouvida – para combater a reclusão e o exílio impostos. Um livro sobre resistência a partir do entendimento da nossa condição neste mundo onde, afinal, “a história de todos nós é só uma”, nas palavras dos jurados, enriqueça a lista de nomes cimeiros da literatura portuguesa contemporânea na área da ficção.

Em 2021, o Prémio Urbano Tavares Rodrigues tinha sido ganho por João de Melo, com o romance Livro de Vozes e Sombras; em 2019, por Luísa Costa Gomes com o romance Florinhas de Soror Nada; em 2017, por Isabela Figueiredo, com A Gorda; em 2015, por Lídia Jorge, com Os Memoráveis; e, em 2013, por Ana Cristina Silva, com O Rei do Monte Brasil.

Este prémio alterna com o Prémio de Poesia António Gedeão, que foi atribuído, em 2012, a Ana Luísa Amaral, em 2014, a Manuel Gusmão, em 2016, a Nuno Júdice, em 2018, a Daniel Jonas, e, em 2020, a António Carlos Cortez, autores que muito prestigiam esta iniciativa da Federação Nacional dos Professores, em parceria com a Sabseg – Corretores de Seguros. ●



A 32ª edição do **Guimarães Jazz** decorre de **9 a 18 de novembro**, no Centro Cultural Vila Flor, com concertos, *jam sessions* e oficinas de jazz, num programa vasto e aliciante que está a suscitar vivo interesse no país e no estrangeiro. Permitam-nos um rápido destaque para a intervenção de um conjunto de Projetos neste festival, nomeadamente do Centro de Estudos do Jazz da Universidade de Aveiro (Pedro Molina Quartet), da ESMAE/“Landline Plus One” (foto), do Porta Jazz/Soma e da Orquestra de Guimarães. A não perder! Ver programa completo em: [www.ccvf.pt](http://www.ccvf.pt) | **JPO** ●



**Novembro**

## À Volta do Barroco na Casa da Música

De **1 a 11 de novembro**, *À Volta do Barroco* celebra na Casa da Música, no Porto, “a mútua iluminação entre as músicas de tempos históricos separados por séculos”. O concerto de abertura do ciclo (dia 1, 18h00) centra-se na música coral religiosa alemã e fomenta o diálogo da música setecentista, representada pelo sublime Heinrich Schütz, com a modernidade de Totentanz, obra para declamador e coro escrita por Hugo Distler durante a noite nazi. Sendo o “concerto” uma invenção do Barroco, o Ciclo Grandes Concertos Virtuozos (dias 5 e 7, às 18h00 e às 19h30, respetivamente) terá aqui um ponto alto, em que o Barroco e o Clássico se cruzam com o contemporâneo pelas mãos dos brilhantes Fabio Biondi e Ilya Gringolts, na excelente companhia da Orquestra Barroca e do Remix Ensemble.

O princípio concertante do Classicismo mozartiano, com suas ressonâncias italianas, domina as apresentações de Fabio Biondi, uma referência na abordagem a esse repertório. O supervirtuoso concerto para violino de György Ligeti, compositor cujo centenário de nascimento é assinalado em 2023, faz sobressair o enorme carisma de Ilya Gringolts, A viagem

no tempo termina com elaborações românticas e contemporâneas sobre a Idade Média, protagonizadas por Orquestra Sinfónica, Coro e Coro Infantil Casa da Música.

Em Tannhäuser, Wagner recria um clima medieval germânico de trovadores e damas, saturado pela sensualidade tanto como pela religiosidade. A reescrita de motetos do Ars Nova por Harrison Birtwistle, no magnífico Machaut à ma manière, prepara a segunda parte do concerto.

Para o fim ficam, pela primeira vez na agenda da Casa da Música, os consagrados Carmina Burana de Carl Orff (**dia 11**, sábado, 18h00). Os 4 concertos decorrem na Sala Suggia. ●



### Exposição

## Desenhos de Clara Leitão na sede do SPGL

Até **2 de novembro**, pode ser visitada no Espaço António Borges Coelho, na sede do SPGL em Lisboa (Rua Fialho de Almeida, 3) a exposição “Desenhos”, que reúne diversos trabalhos desenvolvidos entre 2019 e 2022 por Clara Leitão, numa reflexão sobre as descobertas que o papel (e por vezes os tecidos) lhe proporcionaram à autora durante esse período. Clara Leitão (1995, Lisboa)



estudou na Escola Artística António Arroio (2014) e completou a licenciatura em Design Têxtil (especializando-se em Estamparia) pela School of Textiles & Design, na Escócia (2019). Estudou Têxteis no National Institute of Design, na Índia (2018). As suas ilustrações, inspiradas em histórias, sonhos, memórias e observações da natureza, habitam o papel e também os tecidos (através da pintura, da serigrafia e do bordado). A artista recebeu vários prémios, como o The Clothworkers’ Printed Textile Design Prize, em Londres (2019), completou residências artísticas na Dinamarca (2019), Portugal (2020) e Bulgária (2020) e realizou uma escultura pública, para um parque dinamarquês, em colaboração com crianças de uma escola primária (2022). ●



**Ao vivo**

## The Cinematic Orchestra apresenta “Man with a Movie Camera”

Os “The Cinematic Orchestra” estão de volta a Portugal. Depois de dois concertos épicos no Porto e em Lisboa no passado mês de dezembro, a banda regressa agora em outubro para mais três concertos muito especiais de comemoração do 20º aniversário do seu álbum “Man with a Movie Camera”, com visuais exclusivos a cargo de Ben Olsen. A música de “Man With a Movie Camera” e os novos temas do álbum que terá edição em 2024 são o mote para estes três concertos. Os concertos realizam-se no grande auditório do Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, a 28 de outubro (21h30); na Casa da Música, no Porto, no dia 29 e, no dia seguinte, na Aula Magna, em Lisboa. ●

**+ INFO** [www.ccvf.pt](http://www.ccvf.pt)



**Música**

## Concertos de Domingo na Gulbenkian

Nos primeiros Concertos de Domingo da temporada, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, avança um programa pensado para a fruição em família e para a aproximação dos mais novos ao universo e ao repertório da música orquestral. Sob a direção do maestro Diogo Costa, a Orquestra da casa apresenta uma série de populares peças sinfónicas com uma grande abrangência de registos: da Abertura de Candide, opereta de Leonard Bernstein inspirada pelo clássico da literatura Cândido ou o Otimismo, de Voltaire, ao Ribatejo musicado por Frederico de Freitas, mais conhecido pelas suas autorias no fado, não esquecendo a Abertura Cubana, de G. Gershwin. Concertos às 12h00 e às 16h00 de **29 de outubro**, no grande auditório. ●

**+ INFO** [www.gulbenkian.pt](http://www.gulbenkian.pt)



ctt

Taxa Paga  
Portugal  
Contrato 577668

Publicações  
Periódicas

**TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CENTRAL, REGIONAL E LOCAL**

# OPRESSIONE

## nacional

**Frente  
Comum**

Sindicatos  
Administração  
Pública

# 27 OUT. 2023



# BASTA DE EMPOBRECER!

## AUMENTO REAL DOS SALÁRIOS, JÁ!

- ✓ Aumento não inferior a 15%
- ✓ Subsídio de refeição de 10,50€
- ✓ Recuperação do tempo de serviço
- ✓ Efetivo combate à precariedade
- ✓ Horários que respeitem as 35 horas
- ✓ Aposentação aos 36 anos de serviço (40 anos, no imediato)
- ✓ SIADAP/Avaliação do Desempenho: revogação das quotas e vagas

**FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA**